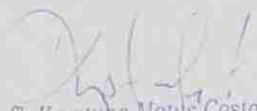


UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA - UFSC
CENTRO SÓCIO ECONÔMICO - CSE
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL - DSS

**DIMENSIONANDO O PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO
TRABALHO INFANTIL EM SÃO JOAQUIM:
A REALIDADE E SEUS DESAFIOS**


Prof.^a Krystyna Matys Costa
Chefe do Dept. de Serviço Social
CSE/UFSC

DEPTO. SERVIÇO SOCIAL
DEFENDIDO E APROVADO
EM: 07/07/03

LUSIANE ZANDONADI

FLORIANÓPOLIS
JULHO/2003

LUSIANE ZANDONADI

**DIMENSIONANDO O PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO
TRABALHO INFANTIL EM SÃO JOAQUIM:
A REALIDADE E SEUS DESAFIOS**

**Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Departamento de Serviço
Social da Universidade Federal de Santa
Catarina para obtenção do título de
Assistente Social, orientado pela Professora
Rúbia dos Santos.**

**FLORIANÓPOLIS
JULHO/2003.**

LUSIANE ZANDONADI

**DIMENSIONANDO O PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO
TRABALHO INFANTIL EM SÃO JOAQUIM:
A REALIDADE E SEUS DESAFIOS**

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

BANCA EXAMINADORA

Professora Rúbia dos Santos
Orientadora

Mirian Chioça Valtrick
Assistente Social

Marli Palma de Souza
Dr.: Professora do Departamento de Serviço Social

"A criança é o elo mais fraco e exposto da cadeia social. Se um país é uma árvore, a criança é um fruto. E está para o progresso social e econômico, como a semente para a plantação. Nenhuma nação conseguiu progredir sem investir na educação, o que significa investir na infância. Por um motivo bem simples ninguém planta nada se não tiver uma semente". (GILBERTO DIMENSTEIN).

*Dedico este trabalho a todos
aqueles que de uma maneira ou de
outra estiveram presentes nessa
caminhada com palavras de
conforto, apoio e força.*

Muito obrigada!

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente a Deus, que com certeza sempre me acompanhou nos momentos de maior angústia, dando-me força para lutar.

Agradeço aos meus pais, Clécia e Diomar, pelo incentivo, confiança e apoio a mim dedicados nessa caminhada. Vocês foram a minha base durante todos os momentos. Tenham certeza que essa conquista não é somente minha, mas de vocês que por muito tempo sonharam comigo!

Agradeço ao meu namorado Marcio, companheiro de todas as horas... Você sabe mais do que ninguém das alegrias, angústias e saudades vividas nesse tempo. No entanto, sempre tinha uma palavra certa, que me acalmava. Você é muito especial e merece todo o meu amor!

Agradeço aos meus irmãos, Luciana e Lucas, pelo carinho dispensado nos momentos em que eu mais sentia saudades de casa. Vocês não imaginam como eu ficava feliz...

Agradeço ao meu sobrinho Thiago, embora não compreenda a minha ausência, pelos momentos que nos foram privados de estar juntos, brincando e rindo. "Você é a coisinha mais querida da tia!"

Agradeço a Camila, companheira de apartamento, por ter compartilhado com mais proximidade dos momentos de dúvidas e das alegrias na elaboração desse estudo. Amiga, vou sentir muitas saudades das nossas conversas antes de dormir...

Agradeço as colegas da turma pelo crescimento vivenciado em conjunto, em especial às PATATENGAS Gislaine, Giselle, Jerusa e Magali, que me acompanharam desde o início. Jamais vou esquecer do carinho que recebi, tanto de vocês quanto de suas famílias. Obrigada!

Agradeço a amiga Rosimere, amizade conquistada nos últimos semestres. Rosi, acredito que todas as pessoas que conhecemos sempre nos ensinam alguma coisa...Você me ensinou que somos mais fortes do que imaginamos. Sinto não ter te conhecido antes, pois talvez tivéssemos minimizado as nossas saudades de casa. Espero ainda te encontrar...

Agradeço a todas as professoras do Departamento de Serviço Social, em especial a professora Marli Palma, pelo incentivo em realizar meu estágio no município de São Joaquim e também pela supervisão pedagógica, que possibilitou uma análise mais concisa da teoria e prática.

Agradeço a supervisora de campo Mirian, pela dedicação e amizade demonstrados durante o estágio. Além, das oportunidades de conhecimento e reflexão que contribuíram para o meu crescimento enquanto estudante do Serviço Social.

Agradeço aos professores e funcionários do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, pelo aprendizado em conjunto, principalmente quando exigia uma ação interdisciplinar. Obrigada pelas amizades conquistadas!

Agradeço aos funcionários da Secretaria Municipal do Bem Estar Social, à Secretaria Municipal da Educação e ao Conselho Tutelar, os quais não mediram esforços para me ajudar nas realizações das atividades propostas para o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil.

Agradeço, em especial, as famílias do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, no município de São Joaquim, onde realizei meu estágio e pude concretizar meu trabalho.

RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso aborda a experiência vivenciada durante o período de Estágio Curricular Obrigatório, no município de São Joaquim, na Secretaria Municipal do Bem Estar Social, no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI. O interesse pelo tema surgiu no 6º (sexto) semestre do curso, num contato informal com uma professora do Departamento de Serviço Social, que apresentou alguns argumentos os quais despertaram maior interesse no aprofundamento dessa questão. Sendo assim, realizou-se uma pesquisa bibliográfica acerca do tema, visando conceituar o Trabalho Infantil, causas e consequências na vida das crianças e adolescentes, trazendo um breve histórico desse fenômeno, sua atual condição no Brasil, em Santa Catarina e, mais especificamente, em São Joaquim, que apresenta como principal atividade a cultura da maçã. Posteriormente, descreveu-se o PETI apresentando a sua trajetória histórica nos três níveis de governo, e a sua política de ação junto às famílias cadastradas no programa. Para entender qual a realidade socioeconômica e cultural dessa demanda, principalmente das famílias joaquinenses, foi realizado um estudo exploratório nos cadastros. Na busca por essas informações foram escolhidos alguns itens que norteariam a pesquisa, para tornar possível a construção de um perfil desses grupos. Observou-se que são famílias de baixa renda, onde os responsáveis, na sua maioria, são pessoas com baixa escolaridade, má qualificação profissional e salários ínfimos, sobrevivendo a baixos padrões de vida, necessitando assim, empregar seus filhos para aumentar a pequena ou inexistente renda familiar, revivendo o círculo vicioso da pobreza. Por isso, estando funcionando o PETI em São Joaquim, algumas sugestões para um melhor desempenho do programa foram pontuadas, sempre objetivando um melhor atendimento às famílias, bem como a erradicação total do trabalho infantil na região, e por extensão, no Estado de Santa Catarina e no Brasil.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: Mapa: Número de trabalhadores com idade entre 5 e 17 anos.....	24
QUADRO 1: Principais ocupações de crianças e adolescentes no Brasil.....	27
QUADRO 2: Principais ocupações de crianças e adolescentes em Santa Catarina.....	29
TABELA 1: Pessoa de 5 a 14 anos de idade ocupadas.....	31
QUADRO 3: Evolução do PETI no Brasil.....	44
QUADRO 4: Composição do PETI em Santa Catarina no ano de 1999.....	46
QUADRO 5: Composição do PETI em Santa Catarina no 1º semestre de 2000.....	47
QUADRO 6: Composição do PETI em Santa Catarina no 2º semestre de 2000.....	48
QUADRO 7: Expansão de metas do PETI no 2º semestre de 2000.....	49
QUADRO 8: Composição do PETI em Santa Catarina no 1º semestre de 2001.....	49
GRÁFICO 1: Recursos repassados ao Estado de Santa Catarina do ano de 1999 a 2002.....	52
GRÁFICO 2: O responsável pela criança e adolescente.....	58
GRÁFICO 3: Faixa etária do responsável.....	59
GRÁFICO 4: Escolaridade do responsável.....	60
QUADRO 9: A profissão do responsável.....	61
GRÁFICO 5: Renda familiar.....	62
GRÁFICO 6: Faixa etária da criança e do adolescente.....	63
QUADRO 10: tipo de atividade exercida pelas crianças e adolescentes de São Joaquim.....	64
GRÁFICO 7: A escolaridade da criança e do adolescente.....	65

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	11
I CAPÍTULO	
1. O TRABALHO INFANTIL.....	13
1.1 Aspectos históricos do trabalho infantil.....	13
1.2 O fenômeno do trabalho infantil.....	15
1.2.1 Causas do trabalho infantil.....	18
1.2.2 Conseqüências do trabalho infantil.....	21
1.3 As dimensões do trabalho infantil.....	23
1.3.1 O trabalho infantil no Estado de Santa Catarina.....	28
1.3.2 O trabalho infantil no município de São Joaquim.....	32
1.4 Base jurídica para a proteção da infância e da adolescência.....	34
II CAPÍTULO	
2. PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL.....	38
2.1 A trajetória do PETI no Brasil.....	42
2.2 O PETI em Santa Catarina.....	45
2.3 O PETI em São Joaquim.....	52
2.3.1 O histórico do PETI em São Joaquim.....	52
2.3.2 O funcionamento do PETI no município.....	54
III CAPÍTULO	
3. O PERFIL DAS FAMÍLIAS ATENDIDAS NO PETI EM SÃO JOAQUIM.....	57
3.1 Conhecendo a realidade.....	57
3.2 Análise dos dados.....	66
3.3 Resultados e possíveis propostas.....	67
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	70
REFERÊNCIAS.....	72

APRESENTAÇÃO

O tema do presente estudo refere-se ao trabalho infanto-juvenil, que é uma das formas mais visíveis da questão social que atinge milhares de crianças e adolescentes em todo mundo.

Sabe-se que a maioria das crianças e adolescentes que trabalham são oriundas de famílias que vivem em estado de extrema carência, onde são obrigadas a trabalhar para complementar a renda familiar. Entretanto, pontua-se que essa não é a única motivação para introdução precoce de seus filhos no mercado de trabalho.

Este trabalho tem por objetivo conhecer a realidade das famílias atendidas pelo Programa de Erradicação do Trabalho Infantil de São Joaquim, tendo em vista oferecer um melhor atendimento às mesmas.

Para melhor compreensão do tema proposto, o trabalho encontra-se dividido em três capítulos. No primeiro, procura-se apresentar o fenômeno do trabalho infantil dentro de suas especificidades, descrevendo um breve histórico, revelando o momento em que passou a ser visto enquanto questão social, com o advento da Revolução Industrial.

Em seguida, faz-se uma conceituação do fenômeno ressaltando as causas e conseqüências na vida dessas crianças e adolescentes e, concluindo o capítulo, descreve-se a realidade e as condições de trabalho a que estão submetidas crianças e adolescentes no Brasil, em Santa Catarina, e mais especificamente em São Joaquim, através do Mapa de Indicativos do Trabalho de Crianças e Adolescentes. Procurou-se evidenciar que apesar dos estados e municípios da região sul serem apontados como os de melhores padrões de qualidade de vida, ainda apresentam altos índices de utilização da mão-de-obra infanto-juvenil.

No segundo capítulo, apresenta-se o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI, que é uma das alternativas lançadas pelo Governo Federal para eliminar as piores formas de exploração da mão-de-obra infanto-juvenil.

Neste, conheceremos ainda o histórico do programa nos três níveis de governo, ou seja, a forma como foi implantado no Brasil, em Santa Catarina e no município de São Joaquim, o nosso "*locus*" de pesquisa.

No terceiro capítulo, observa-se uma pesquisa exploratória realizada nos cadastros das famílias inscritas no PETI de São Joaquim, objetivando conhecer a realidade das crianças e adolescentes inseridos no programa, bem como a de suas famílias.

Através dos dados coletados, vê-se que pontuações já apresentadas no primeiro capítulo, novamente aparecem, comprovando que as formas de vida dessas famílias são repassadas de geração para geração, aprisionando-as aos mesmos baixos padrões de vida.

Dentro de todo esse contexto, finalizamos apresentando algumas sugestões para o bom andamento do PETI em São Joaquim, objetivando diferenciá-lo dos demais programas oferecidos, buscando a erradicação de todas as formas de exploração da mão-de-obra infanto-juvenil.

1. O TRABALHO INFANTIL

1.1 Aspectos históricos do trabalho infantil

O trabalho de crianças e adolescentes é fato conhecido desde os primórdios da humanidade, pelo menos nas faixas populacionais menos favorecidas, onde todos colaboram na medida de suas forças, para o sustento da família.

Nas sociedades primitivas, a economia estava assentada na agricultura pastoril, onde a criança participava do processo de integração do trabalho, através da lida com a terra.

Nessa época, o sentido do trabalho na vida da criança era dotado de valor útil, sem exploração e sem que com isso fosse danoso ou prejudicial ao seu desenvolvimento, pois as atividades eram determinadas de acordo com o ritmo biológico, cultural e físico de cada criança. Compreendia-se que a convivência com os adultos, assegurava-lhes a sociabilização pelo trabalho concreto, proporcionando a soma de conhecimentos práticos para viver na comunidade. (SILVA, 2002, p. 153)

No entanto, foi no mundo moderno, com a Revolução Industrial, que o trabalho infantil transformou-se em questão social. Nesse período, introduziu-se um novo regime de produção, marcado pelo processo de mecanização industrial com aceleração do processo de industrialização.

Como consequência disso, o processo de produção passou por transformações, pois com o surgimento das máquinas não se necessitava mais contratar a força bruta, mas sim, mão-de-obra flexível e ágil para o manuseio destas, o que ocasionou a substituição do trabalhador adulto pelo infante-juvenil.

[...] o trabalho, até então, era realizado principalmente pelo homem, por causa da necessidade da força bruta, trabalho que a mulher, a criança e o adolescente não podiam executar devido, como se dizia então, à sua fraqueza natural.(OLIVEIRA, 1994, p.23)

A mão-de-obra infanto-juvenil era muito utilizada pelos proprietários das fábricas, principalmente no setor têxtil, porque constituíam mão-de-obra mais barata, onde as crianças e adolescentes recebiam um salário inferior do que seria pago a um adulto. Dessa forma, era um ótimo negócio para os donos da produção, uma vez que era produzida a mesma quantidade com custos bastante reduzidos.

Percebemos esta colocação em CARDOSO (2000, p.11):

As crianças e adolescentes no início da industrialização eram inseridos no ambiente das fábricas em condições de desvantagens recebendo salários inferiores aos dos adultos do sexo masculino, mesmo nos casos de exercício de igual função, pois as atividades que eram realizadas nas fábricas eram consideradas como aprendizagem e não como trabalho, portanto era visto como um favor.

Nas fábricas, os trabalhadores se amontoavam em ambientes insalubres, mal iluminados e mal ventilados, com excesso de ruído. Nessas condições precárias, tanto as crianças quanto os adultos, permaneciam em excessivas jornadas de trabalho, que variavam de 12 a 14 horas diárias, realizando esforço contínuo e intenso. A precarização e comprometimento da saúde constantemente geravam doenças, entre as quais a tão temida tuberculose.

Além disso, CARDOSO (2000), as crianças e adolescentes eram vítimas constantes de acidente de trabalho por lidarem com equipamentos perigosos e incompatíveis com sua idade, pelo esforço excessivo e pela disciplina e atenção requeridas na rotina do processo de produtivo. Aos acidentes de trabalho, acresciam-se ainda os ferimentos resultantes dos maus-tratos a que os pequenos trabalhadores estavam sujeitos pela ação dos patrões ou chefias. Sob o argumento de manter a disciplina, as crianças e adolescentes operários eram

submetidos a castigos e humilhações, chegando a casos extremos de serem surradas ou espancadas.

Nesse sentido:

A exploração da mão-de-obra de crianças e adolescentes no interior das fábricas, os comprometimentos causados a sua integridade física e ao seu desenvolvimento psicossocial, aliado à presença crescente de crianças e adolescentes nas ruas, como parte da população excluída do mercado de trabalho, em situação de mendicância, ociosidade e delinquência, passam a despertar nos filantropos, nos religiosos, nos policiais, nos educadores e nos políticos as mais diferentes opiniões e concepções sobre as condições de vida das crianças pobres e sobre a necessidade de manutenção da ordem. (CARDOSO, 2000, p.11)

Para alguns, o trabalho de crianças e adolescentes era visto como um elemento de prevenção, formação e reabilitação, evitando a sua degeneração moral. Para outros, o trabalho precoce era um problema a ser combatido, na medida que privava a criança da educação e levava o seu organismo ao esgotamento progressivo, e também impedia o aumento do salário dos adultos.

Sendo assim, a criança passa a ser compreendida como em situação material e moral de abandono, ou como perigosa e ameaçadora para a sociedade, onde existia a possibilidade de ser virtuosa ou viciosa, podendo ser moldada para o bem ou para o mal.

1.2 O fenômeno trabalho infantil

Nas mais diferentes nações, o trabalho infantil é definido como aquele realizado por crianças e adolescentes que estão abaixo da idade mínima para a entrada no mercado de trabalho, segundo a legislação em vigor no país.

O trabalho de crianças e adolescentes é um fenômeno social existente em toda parte do mundo, variando de intensidade e gravidade. Embora seja um fenômeno que também ocorre nos países ricos, é nos países de terceiro

mundo ou em desenvolvimento, que ele encontra a sua maior forma de expressão. (FUNDAÇÃO DJALMA GUIMARÃES, relatório 3, Cap. 5).

No entanto, esse recorte é móvel e varia de acordo com a sociedade, principalmente na sua compreensão do que seja infância e adolescência.

No Brasil, em 1891, instituíam-se a idade mínima de 12 (doze) anos para entrada no mercado de trabalho.

As Constituições de 1934, 1937 e 1946, ampliaram a idade mínima para 14 (quatorze) anos. Porém, em 1967, em plena ditadura militar, novamente se recuou esse limite para 12 (doze) anos.

Atualmente, a legislação brasileira, por meio da Emenda Constitucional 20/98 e da lei sancionada em 19 de dezembro de 2000 (altera disposições na CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas), determina que a idade mínima para entrada no mercado de trabalho é de 16 (dezesesseis) anos. Apenas na condição de aprendiz, o adolescente pode exercer trabalho remunerado, dos 14 (quatorze) aos 16 (dezesesseis) anos de idade, com direitos trabalhistas garantidos, em jornada e regime especificados em lei.

Segundo a LEI 10.097/2000 ART. 1º, “É proibido qualquer trabalho a menores de dezesseis anos de idade, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos”. A Emenda Constitucional determina ainda que, o trabalho noturno, perigoso ou insalubre é permitido apenas a maiores de 18 (dezoito) anos.

No entanto, é preciso refinar essa definição, contemplando certos aspectos culturais, pois o sentido do trabalhar varia de acordo com a cultura, com a sociedade, e também depende do momento histórico em que as crianças e adolescentes se encontram.

Assim, na agricultura tradicional ou na produção artesanal, crianças e adolescentes realizam trabalhos sob a supervisão dos pais como parte integrante do processo de socialização, como um meio de transmitir, de pais para filhos, técnicas tradicionais de família.

Mas a situação de trabalho como parte do processo de socialização não deve ser confundida com aquelas em que as crianças são obrigadas a trabalhar, regularmente ou durante jornadas contínuas, para ganhar seu sustento ou de suas famílias, com conseqüentes prejuízos para seu desenvolvimento educacional e social.

CARVALHO (1997, p.109) conceitua:

O trabalho condenado, proibitivo, é aquele que as crianças e adolescentes são forçados a realizá-lo para sobreviver, para contribuir na renda familiar; é o trabalho que os faz abandonar a escola e o brincar, que os faz renunciar ao desenvolvimento de suas potencialidades e, conseqüentemente, de participar de forma mais igualitária da riqueza social, cultural, econômica da sociedade a que pertence.

Por outro lado, essa conceituação não pode ser radicalizada no sentido de excluir a participação das crianças e adolescentes em tarefas domésticas, pois essa participação reveste-se de caráter educativo e formador do senso de responsabilidade, pessoal em relação ao núcleo familiar.

Dessa forma, SANTOS (2000, p.09) complementa:

Crianças e adolescentes que são encarregados pelos pais de realizarem tarefas diárias, trabalhos partilhados, gratuitos, que não exigem esforço excessivo, exercem atividades compreendidas como responsabilidades, que ajudam no desenvolvimento e na educação da criança.

Mas é preciso lembrar que o simples fato de trabalhar em casa ou com a família, não descaracteriza o trabalho infantil. Mesmo no espaço do trabalho em família, sabe-se que muitas crianças são submetidas a estafantes jornadas de trabalho na lavoura familiar, ou são responsabilizadas por todos os serviços domésticos e cuidados com os irmãos menores em casa, sem que lhes seja garantido, por exemplo, tempo para ir à escola ou para brincar.

O cotidiano dessas crianças trabalhadoras é árduo, geralmente exercem atividades desqualificadas, perigosas, abusivas, expostas ao tempo e ao mundo da rua, muitas vezes em

situações constrangedoras. Algumas destas ainda cumprem jornadas superiores a quatro horas diárias, com produtividade igual à exigida aos adultos.

Seguindo esse raciocínio, as condições de exploração, os prejuízos à saúde e ao desenvolvimento da criança ou adolescente que realiza a atividade, é que seriam parâmetros para caracterizar o trabalho infantil.

1.2.1 Causas do trabalho infantil

O Trabalho Infantil é um fenômeno em expansão que se atualiza historicamente como resultado da degradação dos níveis de vida das famílias, que necessitam do trabalho dos filhos, como forma de sustento e sobrevivência

Tal fato acontece devido ao atual quadro de altos índices de desemprego, salários baixos, e conseqüentemente, um número bastante acentuado de excluídos vivendo abaixo da linha da pobreza.

O ingresso precoce de muitas dessas crianças, deve-se a uma decisão de sua família que, como estratégia para aumentar a renda familiar, consentem que seus filhos vendam a sua força de trabalho, mesmo estando estes sujeitos a quaisquer riscos.

De acordo com AUGUSTO apud COSTA (2002, p. 197), “os pais das crianças que trabalham sabem dos riscos que estas correm, contudo alegam ser necessária a mão-de-obra delas, pois segundo eles é esta mão-de-obra que garante a comida, a vestimenta, e os remédios necessários”.

Por trás dessas crianças sempre existe uma família com seus membros desempregados ou subempregados, que alegam que a incorporação de seus filhos no mercado de trabalho é uma questão de sobrevivência, pois com tanta dificuldade de emprego para os pais, os filhos tendem a ser uma possibilidade de sustento.

Com isso, torna-se normal encontrarmos crianças e adolescentes trabalhando no meio urbano e rural, exercendo atividades nas ruas ou nas lavouras, respectivamente.

Um sistema educacional deficiente também contribui para empurrar crianças para o trabalho. Mesmo tendo acesso à escola, as crianças e adolescentes das camadas mais pobres são os mais atingidos pela repetência.

Uma pesquisa feita em 1997 pelo DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio Econômicos, junto a 1.419 crianças trabalhadoras que freqüentam a escola, constatou índices alarmantes de repetência, na faixa de 64%. Essa pesquisa foi realizada em seis das maiores capitais brasileiras: Belém, Belo Horizonte, Goiânia, Porto Alegre, Recife e São Paulo.

Após repetir várias vezes, a criança é considerada por si e pelos pais, incapaz de aprender, significando para a criança que o mau desempenho escolar é de sua própria responsabilidade.

O fato de a criança se sentir a única culpada acaba por interferir na sua auto-estima, levando-as a se achar incapazes, provocando o abandono da escola.

Dessa forma, muitas famílias acabam incorporando a idéia de que é melhor encaminhar o seu filho ao trabalho, “que ele não dá, não serve para a coisa”.

Outro fator que obriga ao trabalho infantil é a crença, comum em muitas culturas, de que crianças e adolescentes, principalmente as de classe baixa, devem ocupar o seu tempo ocioso com o trabalho, pois este é considerado como disciplinador, sendo a melhor solução contra as desordens moral e social.

Segundo MELO (2001, p. 57), “[...] já se constitui lugar comum, cultural mesmo, alguém agradecer pelo trabalho do filho – em idade imprópria para exercê-lo, com a seguinte justificativa: é melhor está trabalhando do que roubando e matando, fazendo arte.”

O estado de miséria que essas pessoas vivenciam não permite a elas enxergarem que os seus filhos são vítimas da exploração capitalista e que só o futuro demonstrará as conseqüências que sofrerão com os prejuízos físicos, psíquicos e até mesmo moral.

Dessas crenças e da situação de vulnerabilidade econômica, os empregadores tiram vantagens em proveito próprio, pois o trabalhador infanto-juvenil pode ser mais facilmente adequado a demanda flutuante de mão-de-obra, podendo ser também mais facilmente dispensado.

Ao empregar crianças, os donos das empresas têm em mente garantir trabalhadores dóceis, submissos, incapazes de defender seus direitos.

Ademais, o trabalho infantil é menos valorizado, sendo consideravelmente mais baixos os salários pagos as crianças e adolescentes. Esse fato explica, em parte, o aumento do número de crianças assalariadas, ao mesmo tempo em que também cresce o desemprego entre os trabalhadores adultos.

Os empregadores beneficiam-se ainda da ineficácia da fiscalização. Embora cientes de que há lei que proíbe o trabalho infantil, violam-na na certeza da impunidade.

[...] mais terrível do que ver-se a família desesperada usar seus filhos em trabalhos degradantes, é perceber que a exploração do trabalho infantil é idéia pensada e calculada por algumas mentes 'bem nascidas' que pretendem basicamente o lucro, quando não há impunidade na medida em que se sabe da utilização de menores em atividades ilícitas[...] (COSTA, 2002, p. 186).

Portanto, a incorporação de crianças e adolescentes no mercado de trabalho expressa, por um lado, deficiências das políticas para a educação, saúde, habitação, cultura, esportes e lazer, além da ineficácia da fiscalização do trabalho para cumprimento da lei e da vigência de certas crenças, mesmo entre os próprios pais.

Por outro lado, expressa os efeitos perversos da má distribuição de renda, do desemprego, dos baixos salários, ou seja, de um modelo econômico que não contempla as necessidades do desenvolvimento social.

1.2.2 Consequências do trabalho infantil

Assim como seus fatores determinantes, o trabalho precoce tem consequências complexas que atuam sobre o desenvolvimento físico, psíquico e social de crianças e adolescentes, em razão de sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento.

O trabalho precoce compromete o desenvolvimento natural das crianças e adolescentes, pois as submete a realizar esforços desmedidos e perigosos, acabando por provocar um amadurecimento forçado, onde passam a agir e a se comportar como adultos.

Os prejuízos ao desenvolvimento físico estão relacionados diretamente à fragilidade de seus organismos, que estão mais vulneráveis às doenças e também aos acidentes de trabalho, decorrentes dos ambientes e das condições mínimas de trabalho que lhes são propiciados.

Nos ambientes de trabalho, estão presentes uma série de agentes agressivos ao organismo da criança e do adolescente, dentre eles: ruídos, poeiras, substâncias químicas, iluminação deficiente e temperaturas extremas, entre outros riscos.

[...] No trabalho rural, crianças e adolescentes se expõem a árduas condições climáticas com aumento dos riscos de infecções como tétano, acidentes com animais peçonhentos, desidratação, doenças transmitidas por insetos, queimaduras solares [...]; as empresas que empregam crianças e adolescentes colocam à disposição destes equipamentos e produtos perigosos, condições insalubres de trabalho com grande quantidade de agentes físicos, químicos e biológicos, além de não disporem de condições de organização do trabalho adequadas à execução de tarefas de forma segura e saudável [...] (NOTA TÉCNICA À PORTARIA, 2000, p. 32).

Assim, a população infanto-juvenil trabalhadora fica exposta a riscos de lesões, deformidades físicas, mutilações corporais com o uso de equipamentos perigosos, inclusive a doenças, muitas vezes superiores às possibilidades de defesas de seus organismos.

Acrescenta-se ainda que, nesta fase da vida, as crianças e adolescentes estão mais sujeitas aos acidentes de trabalho, por causa da sua imaturidade, da distração, pela curiosidade, pouca resistência física, menor coordenação motora, exercendo atividades inadequadas a sua capacidade.

O carregamento de peso excessivo e as posturas corporais inadequadas, também causam danos físicos à saúde da criança e do adolescente, uma vez que afetam o crescimento, gerando deformações, principalmente na coluna vertebral, pois é sabido que a estrutura óssea apresenta-se em desenvolvimento, e somente se completa aos 21 anos para homens e aos 18 anos para as mulheres (NOTA TÉCNICA À PORTARIA, 2000, p.33).

Ao mesmo tempo, ao ser inserida no mundo do trabalho, a criança é impedida de viver a infância e a adolescência sem ter assegurado os seus direitos de brincar e estudar, afastando-os por completo do convívio social com pessoas da sua idade.

Sem ter como fugir dessa realidade, as crianças submetem-se a esse processo, deixando de lado os estudos e as brincadeiras, para realizarem atividades que inibem seus desejos naturais, principalmente o de se expressar, provocando baixa auto-estima e desvio em suas personalidades, onde passam a se enxergar como incapaz.

Nesse sentido, CUSTÓDIO apud LIMA (2002, p.36) completa:

[...] o fato de trabalhar e ter de submeter-se, inibe seus anseios naturais de brincar e de expressar seus desejos e interesses. Como o brincar cumpre na infância um papel muito maior do que a busca do prazer e diversão, fornecendo a oportunidade de reviver, entender e assimilar os mais diversos modelos e conteúdos das relações afetivas e cognitivas, e como passa a temer ser punida por expressar-se livremente, ocorre um empobrecimento tanto no que se refere à sua capacidade de expressão quanto de compreensão.

“A criança trabalhadora torna-se um adulto muito rapidamente, sem ter exercido sua condição de criança (brincar, estudar, errar, acertar), perdendo a melhor época da vida, ocorrendo um verdadeiro bloqueio quando ficarem adultos”. (SILVA, 2002, p.156).

Como se não fosse suficiente, o trabalho precoce interfere negativamente na escolarização das crianças, pois o desgaste físico e mental sentido por elas, contribui na dificuldade de concentração e, conseqüentemente no desestímulo para prosseguir, implicando o não acompanhamento nas séries, a falta de assiduidade, ocorrendo a repetição de ano, distorção de série e idade e, por fim, o abandono escolar.

SANTOS (2000, p.07), ainda lembra que:

A criança que trabalha quase sempre o faz em detrimento da escola, o que gera um adulto com baixa qualificação e que encontrará dificuldades de competir no mercado de trabalho. Com isso, o indivíduo adulto vê escassas suas chances de ascensão social, passa a viver sob a sombra do desemprego e, muitas vezes, termina por introduzir seus próprios filhos precocemente no trabalho com a finalidade de ajudar a garantir o sustento da família.

O trabalho precoce sugere a baixa qualidade de vida dessas crianças e de seus familiares, na proporção em que perpetua a pobreza e a desigualdade dentro e entre as gerações aprisionando-as aos mesmos baixos padrões de qualidade de vida, chamado de círculo vicioso da pobreza.

Neste, a família carente e desprovida de recursos, decide por suprir as necessidades imediatas, não valorizando o que tem de perspectiva de mudança, que seria o investimento escolar.

1.3 As dimensões do trabalho infantil no Brasil

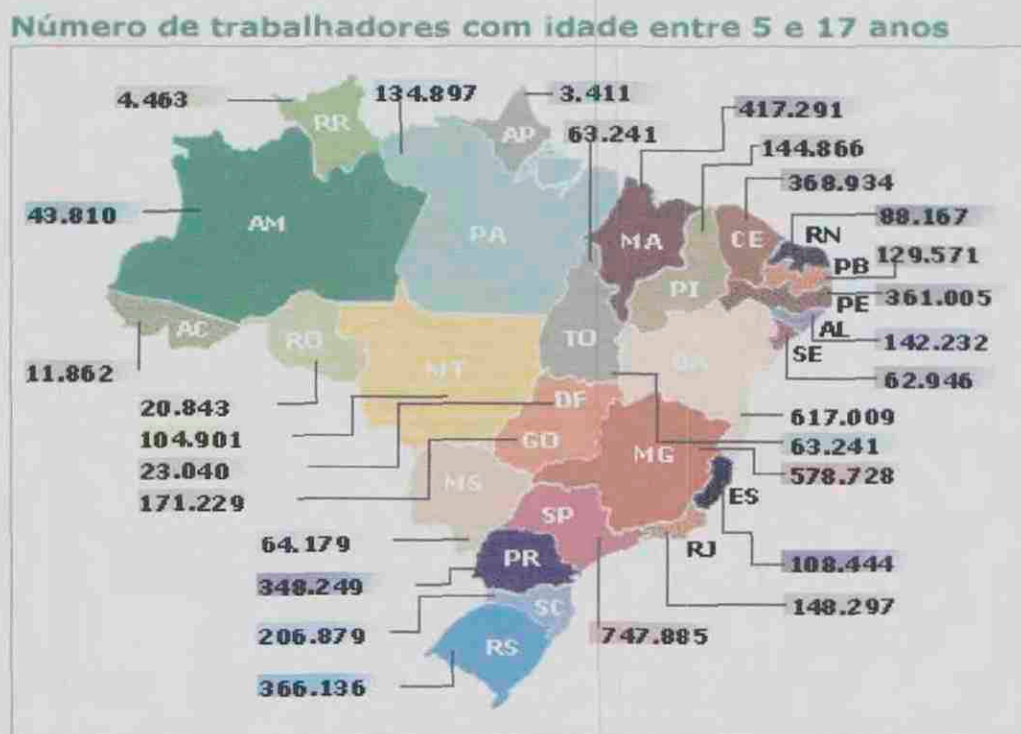
Conforme já citado no item anterior, a Constituição brasileira determina claramente que é inconstitucional o trabalho de crianças e adolescentes com idade inferior a dezoito anos.

No entanto, o último relatório do Pnad (Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios), realizado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), referente ao

ano de 2001, mostra que cerca de 5,5 milhões de crianças e adolescentes até 17 (dezessete) anos estavam inseridos no mercado de trabalho.

O mapa a seguir ilustra o número de crianças e adolescentes trabalhadores por estado brasileiro, com idade entre 5 (cinco) e 17 (dezessete) anos.

FIGURA 1: Mapa: Número de trabalhadores com idade entre 5 e 17 anos.



os ferem; selecionam alimentos e objetos re-aproveitáveis para o uso próprio e, além disso, alimentam-se nesse ambiente, geralmente cheio de moscas.

Nas ruas, vêem-se pequenos trabalhadores por toda a parte, vendendo picolés, cigarros, frutas, biscoitos, doces e balas; são guardadores de carros, jornaleiros, engraxates e outros, sendo muitas vezes vistos pela sociedade como estorvo ou futuros marginais. Dessa forma, a rua é um local cruel e perigoso onde, muitas vezes, crianças e adolescentes põem em risco a própria vida, trabalhando entre veículos em congestionamentos, ponto de ônibus, em frente a centros comerciais, estádios de futebol, ou em locais e horários impróprios para a idade, como em bares e boates.

Além disso, essas crianças e adolescentes fazem longos percursos a pé, alimentando-se de maneira e em horários inadequados, o que prejudica sobremaneira a sua saúde e o seu desenvolvimento.

Conforme o Mapa de Indicativos do Trabalho das Crianças e Adolescentes (1999), nas cidades, além dos lixões e das ruas, outra forma de inserção menos visível é o emprego doméstico e em pequenos empreendimentos, que se apresentam como um recurso barato e sem necessidade de regularização. O trabalho doméstico, realizado geralmente por meninas em residências, constitui freqüentemente uma forma de exploração oculta, como já mencionado. Na maioria das vezes, as condições de vida e trabalho são inadequadas, onde muitas dormem no emprego, condição que favorece a longas jornadas de trabalho, inclusive sofrendo humilhações e abuso sexual.

No setor industrial, a força de trabalho infantil é requisitada por pequenas empresas familiares que prestam serviços à indústria, como no setor de fabricação de calçados. Determinadas tarefas, são executadas nos próprios domicílios. No caso específico dos calçados, é grande o número de crianças e adolescentes que trabalham manejando cola tóxica e comprometendo, assim, a sua saúde.

Milhares de crianças e adolescentes também trabalham nos canaviais e engenhos. Na safra, fazem o corte da cana e ajudam a transportar os feixes para o engenho. Num calor abrasador, trabalham no cozimento do caldo da cana, mexendo com uma colher, até que se atinja o ponto do melado. Na entressafra, pegam na enxada para limpar o canavial.

Esse tipo de trabalho os expõe a vários riscos de acidentes, que vão desde lesões com facão ou foice, até acidentes no transporte da cana, onde os veículos são inadequados. Além disso, as jornadas são longas, sendo a situação agravada pela falta de alimentação, de água potável e de instalações sanitárias adequadas.

Sob o calor do sol e dos fornos que queimam lenha para fazer carvão, centenas de crianças e adolescentes trabalham em carvoarias, onde seu trabalho é encher os fornos com lenha, fechá-los com o barro e, depois, retirar o carvão. Ainda ajudam no corte das árvores para fazer lenha, no ensacamento do carvão e no carregamento do caminhão. A fumaça e a exposição a variações de temperaturas comprometem a sua saúde.

Nas plantações de sisal, crianças e adolescentes cortam as folhas e, as carregam para a máquina de desfibrar as folhas de sisal, transportando também para a secagem. Nesse trabalho, as crianças e adolescentes sofrem mutilações pelo uso da máquina e ainda estão expostas ao ruído excessivo e a alta concentração de poeira.

As crianças e adolescentes que trabalham nas pedreiras, realizam atividades ao céu aberto em meio a explosões de rochas, provocadas com cartuchos de pólvora. Com marretas e talhadeiras, quebram os blocos de pedras, num esforço excessivo para suas idades. Também trabalham no polimento e carregamento de pedras, inalando pó o tempo inteiro, não utilizando óculos ou qualquer outro equipamento de proteção.

Um quadro sintetizando as principais ocupações de crianças e adolescentes no Brasil é apresentado a seguir:

QUADRO 1: Principais ocupações de crianças e adolescentes no Brasil

Atividade econômica	Tarefas executadas	Condições de trabalho que estão submetidos adultos, crianças e adolescentes.
Região Norte		
Indústria de móveis, madeireira	Serrar, lixar, pintar madeira; colagem de lâminas; limpeza, coleta de pó de serragem; carregar e empilhar.	Ambiente insalubre, exposição ao pó, falta de equipamentos de proteção, contato com produtos tóxicos; falta de registro na carteira de trabalho.
Pecuária	Limpeza dos currais, ordenha e alimentação dos animais.	Jornada excessiva de trabalho, transporte de carga excessiva; falta de registro na carteira de trabalho.
Olarias	Coleta do barro, transporte de lenha para alimentação do forno.	Ambiente insalubre; galpões úmidos, polias e máquinas sem proteção; ritmo de trabalho acelerado e repetitivo; jornada excessiva, falta de registro na carteira de trabalho.
Engraxate	Atividade autônoma em ruas, praças, bares, ponto de ônibus.	Longos percursos em busca de clientes, má alimentação, trabalho em locais de risco ou proibidos, como bares ou boates.
“Lixão”	Seleção de lixo reciclável para venda, seleção de alimentos e objetos para uso próprio.	Atividade informal com jornada ininterrupta, praticada geralmente com a família; risco de contrair doenças e de atropelamento por caminhões.
Extrativismo	Coleta e transporte da castanha.	Jornada excessiva; trabalho familiar realizado na floresta, sujeitos a longas caminhadas.
Região Nordeste		
Fumicultura	Plantio, colheita, secagem, ensacamento.	Jornada excessiva, manuseio de agrotóxicos; falta de registro na carteira de trabalho.
Venda de jornais, distribuição de folhetos	Em vias públicas, principalmente em cruzamentos.	Trabalho perigoso, noturno; remuneração por produção.
Agricultura canavieira	Plantio manual, queima do canavial, corte e carregamento da cana.	Não-fornecimento de água potável nem alimentação, falta de instalações sanitárias; transporte em veículos inadequados, jornada excessiva.
Cultura do sisal	Uso de máquina para desfibramento, corte e transporte da fibra.	Ruído e pó excessivos, máquinas sem proteção; jornada longa, falta de registro na carteira de trabalho.
Região Centro-Oeste		
Coleta de papel e papelão	Recolhimento em carroça ou sem animal (de lixos de escritórios, órgãos públicos, etc.)	Trabalho insalubre, transporte de peso, risco de acidentes de trânsito; baixa remuneração.
Produção de carvão vegetal	Manutenção e alimentação dos fornos, ensacamento, corte de lenha, carregamento.	Trabalho noturno, jornada excessiva, remuneração por produção; exposição a variações bruscas de temperatura.
Agricultura	Limpeza, plantio, colheita,	Uso de instrumentos cortantes, manuseio de

	transporte de carga excessiva.	agrotóxicos; jornada excessiva, transporte inadequado, falta de registro na carteira de trabalho.
Região Sudeste		
Extração de pedra brita, mármore e granito	Extração, corte, polimento e carregamento de pedra.	Insalubridade, perigo de acidentes, jornada excessiva, falta de condições sanitárias, trabalho a céu aberto.
Cafecultura	Colheita e transporte.	Cargas e jornadas excessivas; falta de registro em carteira de trabalho.
Agricultura canavieira	Plantio manual, queima do canavial, corte e carregamento da cana	Não fornecimento de água potável e alimentação, falta de instalações sanitárias; transporte em veículos inadequados, jornada excessiva.
Construção civil	Ajudante de pedreiro, carregamento de entulho em carrinho de mão.	Falta de água potável, excesso de peso; jornada excessiva, falta de registro na carteira de trabalho.
Região Sul		
Extração de calcário	Corte, beneficiamento e polimento.	Falta de máscaras e de protetores para o ouvido; jornada excessiva.
Avicultura	Abate, tratamento; coleta e embalagem dos ovos.	Falta de registro na carteira de trabalho, jornada excessiva.
Indústria calçadista	Colagem da sola, limpeza com produtos químicos, lixamento e pintura.	Trabalho feito em casa ou em fábricas pequenas, sem controle de jornada de trabalho; exposição a produtos tóxicos, falta de proteção contra riscos à saúde.
Cultivo de pinus	Plantio, corte, extração de resina.	Falta de água potável, transporte inadequado; jornada excessiva, falta de registro na carteira de trabalho.

Fonte: Mapa de Indicativos do Trabalho da Criança e do Adolescente – 1999.

O quadro aqui esboçado mostra que a sociedade brasileira vem imprimindo grandes doses de sofrimento a milhões de crianças e adolescentes, que continuam sendo contratados para os mais diversos tipos de trabalho realizados em condições que somente atrapalham o seu desenvolvimento.

1.3.1 O trabalho infantil no Estado de Santa Catarina

Embora o Estado de Santa Catarina seja considerado um dos estados mais desenvolvidos do país, onde a população detém um dos mais altos índices de qualidade de

vida, a realidade do trabalho infantil não difere das demais regiões do país, conforme visto anteriormente.

Num diagnóstico realizado pela Delegacia Regional do Trabalho de Santa Catarina, em 1996, posteriormente publicado no Mapa de Indicativos do Trabalho da Criança e do Adolescente em 1999, foi constatada a participação infantil em diversas atividades econômicas do estado, sejam elas rurais ou urbanas.

Observa-se o quadro a seguir:

QUADRO 2: Principais ocupações de crianças e adolescentes em Santa Catarina

Atividade econômica	Municípios	Tarefas geralmente executadas	Condições de trabalho que estão submetidos crianças e adolescentes
Cultura de maçã	São Joaquim e Urubici	Seleção, poda, colheita, armazenamento, transporte e acondicionamento das frutas	Falta de anotação na CTPS, falta de EPI, manuseio de agrotóxicos, não-fornecimento de água potável, uso de recipiente coletivo para consumo de água.
Cultura do alho	Campos Novos e Lebon Régis	Limpeza, plantio, colheita, seleção e trançamento.	Falta de anotação na CTPS, jornada excessiva, transporte inadequado e não-fornecimento de água potável.
Fumicultura	Angelina, Canoinhas, Chapadão do Lageado, Ibirama, Içara, Irani, Ituporanga, José Boiteux, Rio do Sul e Vidal Ramos.	Plantio, colheita, preparo para secagem e enfardamento	Jornada excessiva, falta de anotação na CTPS e falta de EPI. A atividade de enfardamento é realizada em galpões fechados, sendo o trabalho executado por crianças e adolescentes. Manuseio de agrotóxicos.
Cultura de erva-mate	Canoinhas, Chapecó, Guatambu, Ipumirim, Irani, Jaborá, Lindóia do Sul, Monte Castelo e Xanxerê.	Corte dos galhos da árvore com facões e transporte dos feixes de galhos.	Falta de anotação na CTPS, não-concessão de descanso nos feriados, falta de EPI, salário inferior ao mínimo legal e jornada excessiva.
Cultura do tomate	Rancho Queimado.	Preparo do solo, plantio, colheita e embalagem	Não-fornecimento de água potável, trabalho exaustivo,

		em caixotes e transporte de fardos com pesos excessivos.	manuseio de agrotóxicos, jornada excessiva, falta de EPI e remuneração por produção.
Cultura da cebola	Alfredo Wagner e Rancho Queimado.	Limpeza, plantio, colheita e transporte de fardos com pesos excessivos.	Transporte inadequado, utilização de instrumentos cortantes, jornada excessiva, manuseio de agrotóxicos, falta de EPI e falta de anotação na CTPS.
Cultura da batata	Papanduva.	Limpeza, plantio, colheita e transporte de fardos com pesos excessivos.	Transporte inadequado, utilização de instrumentos cortantes, jornada excessiva, manuseio de agrotóxicos, falta de EPI e falta de anotação na CTPS.
Indústria calçadista	Braço do Norte, Nova Trento, Orleans e São João Batista.	Trançagem do couro, colagem de sola e outros componentes, limpeza de sola e salto com produto químico, pintura, lixamento, polimento de peças e acondicionamento do produto.	Atividades exercidas em pequenos ateliês, em alguns casos localizados no próprio domicílio, sob o rótulo de aprendizagem. Por essas razões, não há controle da jornada de trabalho, de proteção contra riscos à saúde e à segurança.
Serviços em cerâmicas e olarias	Agronômica, Aurora, Canelinha, Ermo, Içara, Itapiranga, Ituporanga, Pedras Grandes, Rio do Sul, Salete, São João Batista, Taió, Tijucas, Treze de Maio e Urussanga.	Coleta e umedecimento do barro, corte de telhas e tijolos, alocação nos gradilhos, transporte para a secagem, espalhamento ao sol e empilhamento pós-secagem, colocação do barro com a pá para mistura, "boca de forno". Recolhimento da aparas de barro debaixo da máquina para reaproveitamento. Transporte de lenha para alimentação do forno.	Trabalho realizado em galpões semi-abertos e úmidos, luminosidade e instalações sanitárias inadequadas, ritmo de trabalho acelerado e repetitivo, jornada excessiva, falta de EPI, máquinas sem proteção das polias, peso excessivo e falta de anotação na CTPS.
Plantio e corte de pinus.	Ponte Serrada.	Plantio e corte.	Falta de registro na CTPS, jornada excessiva, transporte inadequado, falta de EPI e não-fornecimento de água potável.
Venda de jornais		Atividade realizada em vias públicas,	Trabalho noturno, indefinição da figura do

distribuição de panfletos.		principalmente nos	empregador e remuneração por produção.
Serviços de montagem de prendedores de roupa.		Montagem de prendedores de roupa.	Trabalho repetitivo e remuneração por produção.
Serviços em madeireiras e serrarias	Arabutã, Armazém, Balneário Camboriú, Capivari de Baixo, Chapecó, Concórdia, Criciúma, Doutor Pedrinho, Erval Velho, Florianópolis, Ibirama, Grão Pará, Gravatal, Lages, Mirim Doce, Porto União e Rio dos Cedros.	Serviços gerais – limpeza de entulhos, coleta de pó de serragem, manuseio de serra circular e destopadeira. Laminadoras – Corte laminar, secagem e colagem de lâminas, carregamento e empilhamento.	Falta de anotação na CTPS, descumprimento do período de descanso intrajornada, insalubridade, falta de condições de higiene, não-fornecimento de água potável, inexistência de local apropriado para refeições, instalações sanitárias inadequadas e falta de EPI.

Fonte: Mapa de Indicativos do Trabalho da Criança e do Adolescente – 1999.

É importante salientar que no Estado de Santa Catarina, histórico e culturalmente, o trabalho é agregado como valor, independente da idade e do tipo de atividade, uma vez que foi colonizado por imigrantes europeus, e é predominantemente constituído de pequenas propriedades rurais. (Secretaria do Estado do Desenvolvimento Social e da Família, 2002).

A tabela a seguir demonstra essa realidade:

TABELA1: Pessoa de 5 a 14 anos de idade ocupadas

PESSOA DE 5 A 14 ANOS DE IDADE OCUPADAS			
(Na semana de referência)			
GRUPOS ETARIOS	ATIVIDADE NO TRABALHO PRINCIPAL		
	TOTAL	ATIVIDADE AGRÍCOLA	NÃO AGRÍCOLA
5 – 9 anos	8.547	7.977	570
10 – 14 anos	70.098	45.024	25.074
5 – 14 anos	78.645	53.001	25.644

Fonte: IBGE/Pnad 2001.

Conforme observado, enquanto há um número de 53.001 crianças e adolescentes de 5 a 14 anos, trabalhando em atividades agrícolas, ocorre um número bem menor em

atividades não agrícolas, totalizando 25.644 crianças e adolescentes, o que realmente comprova que vivemos em um estado caracteristicamente constituído de mão-de-obra infanto-juvenil em pequenas propriedades rurais.

No entanto, imagina-se que o trabalho precoce neste estado é bem mais amplo, pois a informalidade de diversos tipos de atividades dificulta o dimensionamento desse fenômeno, uma vez que se apresenta de menor visibilidade, como em todo o país.

Dessa forma, SANTOS (2000, p. 23) apud Fórum Estadual de Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção do Adolescente no Trabalho, complementa:

[...]Num diagnóstico feito pela DRT/SC em 22 municípios catarinenses nas atividades rurais produtivas de maçã, algodão e madeira, e nas urbanas industrializadoras de cristais, jornais, calçados, construção civil e olarias, num universo de 202 empresas formais, constatou-se que dos 11.964 empregados, 10,3% da mão-de-obra era constituída de crianças e adolescentes, sendo que 77% tinham jornada superior a 8 horas diárias, tendo como consequência o fato de 65% delas não estar freqüentando a escola.

1.3.2 O trabalho infantil no município de São Joaquim

No município de São Joaquim, o trabalho infantil é, em sua quase totalidade, realizado na área rural, mais especificamente na cultura de maçã, conforme ilustrado no Mapa de Indicativos do Trabalho da Criança e do Adolescente, no item anterior.

O cotidiano dessas crianças trabalhadoras é árduo, pois acordam de madrugada e são submetidos a uma jornada de oito horas, trabalhando em pomares contaminados por agrotóxicos, chegando a aplicá-los até mesmo sem a devida proteção. Segundo MENEZES (2001, p.24):

Os problemas de saúde se iniciam na infância. Crianças e adolescentes se queixam de dores de cabeça, cansaço físico e mental, dores nas costas, tonturas e vômitos. Porém, é um processo cumulativo que com o passar dos anos, trará sintomas graves de intoxicação [...]

Essas crianças e adolescentes também são obrigadas a carregar peso, a usar equipamentos perigosos e a trabalhar em posições corporais inadequadas.

Uma criança de 12 anos, em uma entrevista a uma emissora de TV, no ano de 2003, trabalhadora de um dos pomares da cidade de São Joaquim, relata que “carregar as bolsas cheias de maçã até os bins, dá muita dor nas costas”, e ainda completa: “eu queria estudar, mas não deu para fazer os dois juntos”. (Informação verbal)

Nesse sentido, MENEZES (2001, p.24) comenta que:

A criança e o jovem, por necessidade e solidariedade com a família, ingressam no mercado de trabalho quase ao mesmo tempo em que na escola, mas paulatinamente, a combinação das ambas fica inviabilizada. A escola é secundarizada e, por volta dos 14 anos, o trabalho se impõe como alternativa mais viável [...]

Uma outra forma de trabalho rural, também característica do município de São Joaquim é a agricultura familiar, onde os pequenos produtores se utilizam da mão-de-obra de seus filhos, como forma de economia, uma vez que não precisam pagar a outras pessoas.

Assim, os filhos de trabalhadores rurais assumem desde muito cedo algumas tarefas, como: tratar das criações de animais, afazeres domésticos e ajudar seus pais na “roça”.

Em menor número, também se registra o trabalho doméstico ou em pequenos empreendimentos como lojas, escritórios, oficinas, serrarias, vendas e outros; que embora cause menor impacto, esses trabalhos não perdem suas características e condições de exploração, exposição a riscos e prejuízo ao desenvolvimento desses pequenos trabalhadores.

O trabalho de crianças e adolescentes em São Joaquim é um fenômeno bastante conhecido no município, mas infelizmente a população é indiferente à situação e vê o trabalho infantil como a única chance de sobrevivência para as famílias mais pobres.

1.4 Base jurídica para a proteção da infância e da adolescência

A partir de 1980, a situação da infância no Brasil passou a ser motivo de atenção do Estado e também da sociedade, a qual se organizou e exigiu transformações nas formas de atender as necessidades dessa população em especial.

Durante a elaboração da Constituição de 1988, esses diversos grupos de pressão e movimentos sociais organizados denunciaram a situação desumana e violenta a que estavam submetidas grandes parcelas da população de crianças e adolescentes pobres do país.

Nesse contexto, o esforço desses setores comprometidos com a questão da infância e juventude, resultaram em duas emendas de iniciativa popular, que foram apresentadas à Assembléia Nacional Constituinte, denominadas “Criança e Constituinte” e “Criança – Prioridade Nacional”. (COSTA, 1994, p.21)

Assim, em 05 de outubro de 1988, o Brasil incorpora em sua carta Magna um conjunto de normas protetoras, sendo uma delas apresentada no artigo 227, da Constituição Federal, que diz:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

A regulamentação desse artigo foi fundamental para a elaboração de uma lei específica, baseado na Declaração Universal dos Direitos da Criança, regulando os assuntos referentes à infância e adolescência, o chamado Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA.

Promulgado pela lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente introduz inovações importantes no tratamento da questão da infância e

adolescência , revogando a legislação anterior, o Código de Menores e a Política Nacional do Bem Estar do Menor.

Assim, em sua redação evitou o termo “menor”, que no Código de Menores designava principalmente crianças pobres, abandonadas ou que haviam cometido delitos, passando-se a denominá-las “criança e adolescente”.

Nesse sentido, o Estatuto considera em seu artigo número 2, que criança é toda a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade, independente da classe social e em qualquer situação.

Além disso, o Estatuto da Criança e do Adolescente incorpora uma nova concepção de criança e adolescente, na medida em que passa a tratá-los enquanto sujeitos de direitos e pessoa em condição peculiar em desenvolvimento, o que significa que nessa fase da vida necessitam de atendimento e cuidados especiais para se desenvolver plenamente.

O principal aspecto do Estatuto da Criança e do Adolescente é especificar os direitos da criança e do adolescente no que diz respeito à vida e saúde, à liberdade, respeito e dignidade, à educação, cultura, esporte e lazer, e à profissionalização e proteção ao trabalho. (ECA, 1990, ART. 4º)

No que se refere ao trabalho, o capítulo V do Estatuto da Criança e do Adolescente é inteiramente dedicado ao tema, e a determinação encontrada é a seguinte, Art. 60 – “É proibido qualquer trabalho a menores de quatorze anos, salvo na condição de aprendiz”.

Entretanto, as normas internacionais da Organização Internacional do Trabalho – OIT, recomendam que a idade mínima para o ingresso no mercado de trabalho coincida com a idade em que cessa a obrigatoriedade escolar. No Brasil, essa obrigatoriedade cessa entre os 14 (quatorze) e 16 (dezesesseis) anos, com a conclusão do Ensino Fundamental, o que não coincide com a recomendação da OIT.

Após muitas discussões, o Brasil, com a Emenda Constitucional nº 20/98 e da lei sancionada em 19 de dezembro, elevou a idade mínima de ingresso para 16 (dezesesseis) anos, e na condição de aprendiz para 14 (quatorze) anos de idade, conforme previsto na Constituição Federal, Art.7º - XXXIII “que proíbe o trabalho noturno, perigoso ou insalubre aos adolescentes menores de dezoito anos e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz”.

O trabalho na condição de aprendiz compreende a formação técnico-profissional, que deve ser realizada pelo Serviço Nacional de Aprendizagem, instalados em todo país ou outras organizações credenciadas aos órgãos públicos responsáveis pela fiscalização do trabalho.

Ao ingressar em um emprego, o adolescente maior de 16 (dezesesseis) anos tem todos os direitos trabalhistas assegurados na CLT, dentre eles: Carteira de Trabalho Assinada, salário, repouso semanal, recolhimento do FGTS, direitos previdenciários e outros, conforme previsto na Constituição Federal, no artigo 227, parágrafo II, inciso II.

Mas, nessa idade, ainda não é permitido o trabalho noturno, insalubre, perigoso ou penoso, realizado em locais que prejudiquem a sua formação e ao seu desenvolvimento físico, psíquico, moral e social, incluindo aqueles que não permitam a frequência na escola.

Para fazer valer os direitos previstos, o Estatuto da Criança e do Adolescente também criou os Conselhos Tutelares, que são órgãos permanentes e autônomos, não jurisdicionais, encarregados pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos das crianças e dos adolescentes. (ECA, 1990,ART.131)

Sempre que esses direitos forem violados, por ação ou omissão do Estado ou da sociedade, caberá ao Conselho Tutelar a medida cabível, inclusive solicitar uma representação junto à autoridade judiciária.

Dessa forma, percebe-se que o Estatuto não descreve apenas os direitos, mas também cria mecanismos para que os mesmos possam ser assegurados na prática.

Além do Estatuto da Criança e do Adolescente e da Constituição Federal, considera-se importante destacar aqui a política de Assistência Social, mais especificamente a LOAS (Lei Orgânica de Assistência Social), lei n.º 8.742 de 07 de dezembro de 1993, que regulamenta os artigos 203 e 204 da Constituição Federal.

A LOAS, em suas especificidades, estabelece um sistema de proteção social para os grupos mais vulneráveis da população, por meio de benefícios, serviços, programas e projetos, objetivando garantir o atendimento as necessidades básicas. Conforme descrito em seu artigo 2: “A Assistência Social tem por objetivos: I - a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice; II - o amparo às crianças e adolescentes carentes. [...]”.

Como se pode verificar, as ações de Assistência Social não se dirigem exclusivamente a população infanto-juvenil, mas a um segmento específico que dela necessita de atendimento, por se encontrar em estado de carência, exclusão ou risco pessoal e social.

Dentro dessa perspectiva, podemos citar o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI, que objetiva eliminar todas as formas de exploração da mão-de-obra infanto-juvenil dentro de suas especificidades, o qual abordaremos no capítulo seguinte.

2. PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL

O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI, é um programa da Secretaria do Estado da Assistência Social – SEAS, do Ministério da Previdência e Assistência Social - MPAS, que tem como objetivo retirar crianças e adolescentes, de 7 (sete) a 15 (quinze) anos de idade, do trabalho considerado perigoso, penoso, insalubre ou degradante, isto é, daquele trabalho que coloca em risco sua saúde e sua segurança.

Dentre os objetivos do Programa, destacam-se a possibilidade de acesso e permanência das crianças e adolescentes na escola, a garantia de que as famílias possam ser inseridas em programas de geração de renda e emprego, e a oferta de orientação e apoio às famílias beneficiadas.

Dessa forma, devem ser inseridas no PETI, famílias que tenham filhos trabalhando em situação de risco ou exploração, priorizando aquelas com renda per capita de até meio salário mínimo, ou seja, que vivem em situação de extrema pobreza.

A família inserida no PETI recebe uma bolsa mensal para os filhos de 7 a 15 anos que forem retirados do trabalho. Para isso, as crianças e adolescentes devem estar freqüentando a escola e a jornada ampliada, sendo que em um período, eles devem ir para escola, e em outro, participar das ações realizadas na jornada ampliada, onde terão reforço escolar e atividades esportivas, culturais, artísticas e de lazer; descartando toda e qualquer hipótese de serem desenvolvidas atividades profissionalizantes com as crianças e adolescentes do PETI.

O Programa é financiado com recursos do Fundo Nacional de Assistência Social, com co-financiamento de estados e municípios, podendo contar ainda, com a participação financeira da iniciativa privada.

Assim, os recursos para o pagamento das bolsas, bem como para a manutenção da jornada ampliada, são repassadas pela SEAS, para o estado ou diretamente ao município (conforme a gestão), até o décimo dia útil de cada mês, uma vez cumpridas as condições necessárias de adimplência junto ao INSS, apresentação do Plano de Ação devidamente preenchido e assinalado, e envio regular do Acompanhamento Físico do Programa. Somente não é repassado o recurso em caso de atraso na liberação pela União. (Manual de Orientações, 2002, p.07).

Um dos instrumentos do Programa é a Bolsa Criança-Cidadã, concedida mensalmente às crianças e adolescentes inseridos no PETI. O valor das bolsas é diferenciado, utilizando-se como critério o número de habitantes da cidade. Na área rural o valor da bolsa é R\$ 25,00 (vinte e cinco reais) por criança e adolescente que for retirado do trabalho perigoso, penoso, insalubre ou degradante. Na área urbana, o valor da bolsa R\$ 40,00 (quarenta reais) por criança/adolescente. No entanto, esse valor pode ser adotado apenas nas capitais, regiões metropolitanas e municípios com mais de 250.000 habitantes.

O pagamento das bolsas deve ser efetuado pelo governo municipal, o qual deve arcar com as despesas referentes aos custos para pagamento das bolsas, considerando a exigência que tal pagamento se realize por intermédio de banco oficial ou de agências de correios.

Uma vez implantado o Cartão da Rede de Proteção Social, o pagamento das bolsas será realizado diretamente para as famílias, passando a ser de responsabilidade da SEAS/MPAS, por intermédio do agente operador, que é a Caixa Econômica Federal.

A família pode receber a quantidade de bolsas correspondente ao número de filhos de 7 a 15 anos que forem retirados efetivamente do trabalho. Mas somente poderá receber a bolsa se os filhos inseridos no Programa tiverem a frequência mínima exigida pelo MEC, na escola e na jornada ampliada, pois no mês que não cumprir tal exigência e não houver nenhuma justificativa para isso, o pagamento da bolsa será suspenso. No mês seguinte, caso a frequência seja regularizada, a família volta a receber.

No caso de suspensão temporária do pagamento da bolsa, o trabalho com a família deve ser reforçado, no sentido de sensibilizá-la para a necessidade de permanência e da frequência mínima das crianças e dos adolescentes na escola e na jornada ampliada, bem como para melhor acompanhamento sócio-educativo da mesma.

A família pode permanecer no programa pelo prazo máximo de quatro anos, contados a partir da sua inserção em programas de geração de trabalho e renda. Somente poderá ser desligada quando: o filho completar 16 anos, não participar de atividades sócio-educativas e de geração de emprego e renda oferecidos, mudar de município e não cumprir suas obrigações com o Programa. (MANUAL DE ORIENTAÇÕES, 2002, p. 08).

A realização da jornada ampliada é de responsabilidade do governo municipal, já que os recursos destinados a sua manutenção são repassados diretamente para o Fundo Municipal de Assistência Social. O valor repassado pela SEAS para a área rural é de R\$ 20,00 (vinte reais) por criança/adolescente, e na área urbana é de R\$ 10,00 (dez reais).

É importante salientar que o recurso repassado para os municípios é considerado insuficiente, então é necessário uma significativa contrapartida dos governos municipais em instalações físicas, recursos humanos e transporte.

Os recursos da jornada ampliada são repassados na rubrica de custeio, significando que só podem ser utilizados para material de consumo, como: gêneros alimentícios, materiais

escolar, esportivos, artísticos, pedagógicos e de lazer. Também podem ser adquiridos uniformes para a jornada ampliada.

Com relação aos monitores, cabe ao município em articulação com a Secretaria Estadual de Educação e Secretaria Municipal, selecionar e capacitar estes para a jornada ampliada. É competência também do município arcar com as despesas para o pagamento dos monitores, podendo ser utilizado até 30% dos recursos destinados à jornada ampliada, desde que não seja estabelecido nenhum vínculo empregatício com a União.

As atividades da jornada ampliada devem acontecer de segunda a sexta-feira, durante todo mês, com carga de quatro horas em cada período, conforme os períodos em que as crianças estiverem na escola.

No período de férias escolares, as atividades não devem ser suspensas, sendo desenvolvidas as atividades normais ou colônias de férias, passeios culturais, lazer e outros, pois mesmo nestes períodos são repassados recursos para sua manutenção e pagamento das bolsas as famílias.

Apesar do Programa visar a retirada de crianças e adolescentes do trabalho, o alvo da atenção é a família, vista pela Assistência Social como núcleo natural e fundamental da sociedade, lugar por excelência de proteção e inclusão social.

Nessa perspectiva, os serviços e ações assistenciais devem favorecer o fortalecimento dos laços familiares, oportunizar a criação de espaços de socialização e construção de identidades, e permitir, ainda, que o grupo familiar se perceba como ente participativo e sujeito de direito aos bens e serviços produzidos pela comunidade.

Para tanto, é necessário que a equipe técnica esteja capacitada para trabalhar a família e que seja estabelecida a intersetorialidade. Às famílias devem ser dirigidas ações de caráter sócio-educativo, cultural, de lazer, de assistência à saúde, de acesso à documentação básica de encaminhamento a serviços especializados.

2.1 A trajetória do PETI no Brasil

No ano de 1990, o Brasil ratificou a Convenção Internacional dos Direitos da Criança, aprovada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em novembro de 1989, que serviu como alavanca para dar início aos trabalhos relacionados à questão da criança e do adolescente.

A partir de junho de 1992, o Brasil adotou o Programa Internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil – IPEC, já constituindo um Comitê Nacional, que envolvia representantes do governo federal, do empresariado, dos trabalhadores e organizações não-governamentais, entidades preocupadas com as questões relacionadas com a população infanto-juvenil.

Segundo CARVALHO (1999, p.30), o IPEC adentrou o Brasil num período altamente favorável a seus propósitos, seja porque o movimento social pelos direitos da criança mantinha-se articulado e atuante, seja porque os processos de globalização econômica e a conjuntura nacional exigiam novos propósitos de ação política.

Assim, em novembro de 1994, foi criado o Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil em decorrência de um número significativo de denúncias sobre a exploração do trabalho infantil em situações degradantes.

Seu principal objetivo é discutir ações para prevenir e erradicar o trabalho infantil no país, bem como articular diferentes organizações governamentais e não-governamentais, capazes de atuar em áreas consideradas de risco, que façam cumprir a legislação que proíbe o trabalho a crianças e adolescentes menores de 14 anos de idade.

Segundo CARVALHO (1999), a partir de 1995, foram criadas em todas as 27 unidades federativas, as Comissões Estaduais de Combate ao trabalho infantil, que tiveram

como primeira missão elaborar um Diagnóstico Preliminar dos focos de trabalho da criança e do adolescente, divulgado no ano seguinte, em 1996.

É importante ressaltar que, recentemente, as Comissões Estaduais de Combate ao Trabalho Infantil, foram transformadas em Núcleos de Erradicação do Trabalho Infantil e de Proteção ao Trabalho do Adolescente, situadas no âmbito das Delegacias Regionais do Ministério do Trabalho.

Com bases nesses diagnósticos, o Fórum Nacional selecionou os focos em que o trabalho infantil apresentava-se de forma mais crítica, para que fossem reforçadas as ações de combate àquele trabalho.

Um dos primeiros estados que o Fórum iniciou a sua atuação foi o Mato Grosso do Sul, onde foi constatado que havia mais de 2.000 (duas mil) crianças e adolescentes, que se encontravam em situação de exploração, tanto em carvoarias, como também no corte da erva-mate.

Posto isso, a Secretaria do Estado de Assistência Social, juntamente com o governo do Estado do Mato Grosso do Sul, sendo auxiliado pelo Fórum Nacional, elaborou um documento denominado Projeto de Erradicação do Trabalho Infantil nas Carvoarias do Mato Grosso / Vale Cidadania.

Assim, o Programa teve início em maio de 1996, como a primeira experiência piloto, no Estado de Mato Grosso do Sul, atendendo inicialmente a 1500 (mil e quinhentas) crianças e adolescentes, residentes em 14 (quatorze) municípios deste estado.

Na Bahia, o PETI foi implantado no ano de 1997, em 17 (dezessete) municípios, atendendo crianças e adolescentes que freqüentavam atividades econômicas em sisais e pedreiras.

Nesse mesmo ano, o estado contemplado com o Programa foi Pernambuco, que apresentava crianças e adolescentes vinculados aos canaviais, trabalhando na cultura e corte de cana-de-açúcar.

Ao mesmo tempo, outras iniciativas vinham sendo tomadas, como exemplo, a criação dos Fóruns Estaduais de Erradicação do Trabalho Infantil.

No dia de setembro de 1997, na comemoração da Independência do Brasil, em discurso, o Presidente da República, reforçou seu compromisso com a luta pela Erradicação do Trabalho Infantil no país, articulando-os com a área educacional. Garantiu proporcionar condições para o ingresso, reingresso e permanência das crianças e adolescentes brasileiros no ensino regular, assim como, modalidades de aceleração de aprendizagem para aqueles com defasagem idade/série escolar.

Da experiência bem sucedida nestes 03 (três) estados, surgiu a necessidade de ampliação do Programa para as demais regiões do país, onde também foram reconhecidas as diversas formas do trabalho infantil.

Dessa forma, o Governo Federal incluiu em seu Plano Plurianual para 2000 a 2002, o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, ampliando o programa de distribuição de bolsas para todos os estados, objetivando atender 866.000 (oitocentos e sessenta e seis mil) crianças e adolescentes, e aproximadamente 434.000 (quatrocentos e trinta e quatro mil) famílias até o final do ano de 2002. Observa-se então, a evolução do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil no quadro abaixo:

QUADRO 3: Evolução do PETI no Brasil

ANO	ESTADOS	MUNICIPIOS
1996	01	14
1997	03	48
1998	07	140
1999	13	230
2000	27	590
2001	27	850
2002	27	973

A Secretaria de Estado da Assistência Social contabiliza que no ano de 1996, apenas 01 (um) estado e 14 (quatorze) municípios foram atendidos pelo PETI. Em 1997, o atendimento ampliou-se para 03 (três) estados e 48 (quarenta e oito) municípios; em 1999, a meta foi ampliada para 13 (treze) estados e 230 municípios. Percebe-se que somente no ano de 2000 é que o PETI atinge os 27 (vinte e sete) estados, atingindo 590 (quinhentos e noventa) municípios.

Em 2002, o PETI conseguiu manter o atendimento a todos os estados de federação ampliando o seu atendimento para 973 (novecentos e setenta e três) municípios atingindo um total de aproximadamente 800.000 (oitocentos mil) crianças e adolescentes inseridos no Programa, distribuídos nos diversos estados e municípios do país, cumprindo assim a meta estipulada no início.

2.2 O PETI em Santa Catarina

Concebendo a idéia de que as diferenças regionais podem ser determinantes na forma como as questões sociais se apresentam e as alternativas mais apropriadas para combatê-las, o Governo Federal, em outubro de 1999, solicitou às 27 unidades federativas do país que construíssem as suas agendas sociais.

Dessa forma, o Estado de Santa Catarina priorizou em sua Agenda Social 5 (cinco) indicadores, sendo eles: Drogadição, Trabalho Infantil, Violência Doméstica e Exploração Sexual Infanto-juvenil, o Jovem no Espaço Rural e o Meio Ambiente.

Em resposta a esses indicadores, o Governo Federal contemplou o Estado de Santa Catarina com o PETI, concedendo inicialmente 1.050 (mil e cinqüenta) Bolsas Criança-Cidadã, a serem distribuídas de acordo com a indicação do Fórum Estadual de Erradicação

do Trabalho Infantil, que vinha debatendo com os mais diversos setores da sociedade civil, questões relativas ao trabalho precoce desde 1996.

À Secretaria de Estado coube o papel de interlocutor do Programa junto a SEAS e, posteriormente, ficou responsável pela coordenação do Programa no Estado, prestando assessoria técnica aos municípios, bem como no repasse das informações pertinentes.

Para dar início ao PETI, conforme preconizado pelo próprio programa, foi criada uma Comissão Estadual composta por diferentes organizações governamentais e não governamentais.

A princípio, a Secretaria de Estado implantou o programa em 06 municípios, que foram indicados pelo Fórum Estadual.

Os municípios escolhidos apresentavam crianças e adolescentes trabalhando em olarias, sendo eles São João Batista, Canelinha, Içara, Morro da Fumaça, Treze de Maio e Sangão.

Em São João Batista, as crianças também trabalhavam nas facções de calçado, colocando palmilha nos sapatos.

Vejamos então, como ficou composto o quadro do PETI em Santa Catarina no ano de 1999.

QUADRO 4: Composição do PETI em Santa Catarina no ano de 1999

Município	Atividade	Meta atendimento		Valor (R\$)	
		Urbano	p/ Rural	Bolsa	Jornada
01. São João Batista	Olaria/ateliê calçados	-	157	25,00	20,00
02. Canelinha	Olaria	-	91	25,00	20,00
03. Içara	Olaria	-	103	25,00	20,00
04. Morro da Fumaça	Olaria	-	320	25,00	20,00
05. Treze de Maio	Olaria	-	39	25,00	20,00
06. Sangão	Olaria	-		25,00	20,00
		340			

Fonte: Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e da Família.

Em janeiro de 2000, a SEAS contactou com a Secretaria da Família, solicitando informações sobre as novas demandas do Trabalho Infantil, objetivando ampliar as metas do Estado.

A Secretaria da Família consultou o Fórum, que indicou os seguintes municípios: Anitápolis, Caçador, Fraiburgo, Urubici, Monte Carlo, Lages, Xanxerê e Mafra. Estas indicações foram levadas para a reunião da Comissão Estadual, que acatou as indicações.

Na ocasião, o representante do Ministério Público Estadual sugeriu a adesão do município de Florianópolis, pelo grande número de crianças trabalhando como ambulante.

Ponderou ainda que os municípios vizinhos (São José, Biguaçu e Palhoça), deveriam ser inclusos, considerando o fácil deslocamento das crianças de uma cidade para outra.

Na implantação do Programa, as lideranças comunitárias de Mafra e Monte Carlo informaram não existir trabalho infantil em seus municípios e preferiam não aderir ao Programa.

Dessa forma, a Secretaria da Família, rapidamente direcionou essas metas para as cidades de Curitiba e Itajaí. O quadro a seguir ilustra a realidade do PETI no primeiro semestre de 2000.

QUADRO 5: Composição do PETI em Santa Catarina no 1º semestre de 2000

Município	Atividade	Meta p/ atendimento			Valor (R\$)	
		Urbano	Rural	Total	Bolsa	Jornada
01. Anitápolis	Carvoaria	X	195	195	25,00	20,00
02. Caçador	Tomate	X	361	361	25,00	20,00
03. Fraiburgo	Maça e feijão	X	266	266	25,00	20,00
04. Urubici	Fumo e hortaliça	X	163	163	25,00	20,00
05. Lages	Lixão e catadores	351	x	351	40,00	10,00
06. Xanxerê	Ambulantes	388	x	388	40,00	10,00
07. Florianópolis	Ambulantes	210	x	210	40,00	10,00
08. São José	Ambulantes	208	x	208	40,00	10,00
09. Palhoça	Ambulantes	165	x	208	40,00	10,00
10. Biguaçu	Ambulantes	63	x	63	40,00	10,00
11. Curitiba	Ambulantes	221	x	221	40,00	10,00
12. Itajaí	Ambulantes	400	x	400	40,00	10,00

Fonte: Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e da Família.

Sendo assim, no primeiro semestre de 2000, o PETI foi implantado em mais 12 (doze) municípios, com acréscimo de 2991 metas.

A partir daí, a Secretaria da Família passou a receber ofícios de inúmeras prefeituras, denunciando o trabalho infantil e solicitando adesão ao Programa.

Para o segundo semestre de 2000, a Secretaria de Estado conseguiu atender a mais de 8 (oito) municípios, os quais já haviam comprovado anteriormente a existência de trabalho infantil em seu território, bem como o desejo de aderir ao PETI.

QUADRO 6: Composição do PETI em Santa Catarina no 2º semestre em Santa Catarina de 2000.

Município	Atividade	Meta p/ atendimento			Valor (R\$)	
		Rural	Urbana	Total	Bolsa	Jornada
01. Chapecó	Catador/Ambulante	700	x	700	25,00	20,00
02. Ponte Serrada	Corte erva mate	280	x	280	25,00	20,00
03. Pinhalzinho	Avic./ Suinocultura	200	x	200	25,00	20,00
04. Águas de Chapecó	Avic./ Suinocultura	100	x	100	25,00	20,00
05. Coronel Freitas	Avic./ Suinocultura	150	x	150	25,00	20,00
06. Santiago do Sul	Avic./ Suinocultura	50	x	50	25,00	20,00
07. São Carlos	Avic./ Suinocultura	80	x	80	25,00	20,00
08. Joinville	Catador/Ambulante	x	445	445	40,00	10,00

Fonte: Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e da Família.

Concomitantemente, 5 (cinco) municípios que já vinham executando o Programa, solicitaram o aumento de suas metas, pois ao implantar o PETI, verificaram que existia uma quantidade bem maior de crianças trabalhadoras em seu município, as chamadas demandas reprimidas.

Observa-se no quadro a seguir os municípios e a expansão de metas nesse segundo semestre.

QUADRO 7: Expansão de metas do PETI no 2º semestre de 2000.

Município	Atividade	Meta p/ atendimento			Valor (R\$)	
		Rural Total	Urbana	Expansão	Bolsa	Jornada
01. São João Batista	Olaria / Calçados	157 217	x	60	25,00	20,00
02. Morro de Fumaça	Olaria	320 370	x	50	25,00	20,00
03. Treze de Maio	Olaria	39 79	x	40	25,00	20,00
04. São José	Ambulante	X 398	208	190	40,00	10,00
05. Florianópolis	Ambulante/Catador	X 710	210	500	40,00	10,00

Fonte: Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e da Família.

Então, o ano de 2000 encerrou com 26 (vinte e seis) municípios executando o Programa, atendendo um total de 6.886 crianças e adolescentes no Estado.

No início do ano de 2001, a Coordenação Estadual do Programa já tinha uma lista de 24 (vinte e quatro) municípios aguardando a próxima expansão de metas, tanto que quando o Governo Federal solicitou as demandas do Estado, a coordenação do Programa enviou a planilha contendo todos os 24 municípios que até então haviam oficializado a existência do trabalho infantil em sua região.

Com as 3.870 metas definidas aos 24 municípios, a Secretaria de Estado da Família rapidamente implantou os programas nos respectivos municípios.

Observa-se no quadro a seguir a expansão de metas no primeiro semestre de 2001.

QUADRO 8: Composição do PETI em Santa Catarina no 1º semestre de 2001.

Município	Atividade	Meta p/ atendimento			Valor (R\$)	
		Rural Total	Urbana		Bolsa	Jornada
01. Quilombo	Avic./Suinocultura	150	x	150	25,00	20,00
02. Caxambu do Sul	Avic./Suinocultura	50	x	50	25,00	20,00
03. Mondai	Fumo	200	x	200	25,00	20,00
04. Maravilha	Fumo	120	x	120	25,00	20,00
05. Iraceminha	Fumo	180	x	180	25,00	20,00
06. Riqueza	Fumo	100	x	100	25,00	20,00
07. Flor do	Fumo	75	x	75	25,00	20,00

Sertão						
08. Campo Erê	Madereira/Lavoura	300	x	300	25,00	20,00
09. Entre Rios	Ambulante/Lavoura	100	x	100	25,00	20,00
10. Tubarão	Ambulante/Catador	150	x	150	25,00	20,00
11. Pedras Grandes	Fumo/Batata/Frutas	125	x	125	25,00	20,00
12. Araranguá	Fumo	400	x	400	25,00	20,00
13. Lauro Mueller	Fumo	120	x	120	25,00	20,00
14. Santa Rosa do Sul	Fumo	200	x	200	25,00	20,00
15. Maracajá	Fumo	150	x	150	25,00	20,00
16. Sombrio	Fumo	200	x	200	25,00	20,00
17. Tijucas	Olaria	300	x	300	25,00	20,00
18. Ituporanga	Fumo/Cebola	200	x	200	25,00	20,00
19. Rio do Sul	Cebola	250	x	250	25,00	20,00
20. Camboriú	Lixão /Catador	150	x	150	25,00	20,00
21. São Joaquim	Colheita maçã	100	x	100	25,00	20,00
22. Calmon	Agricultura	100	x	100	25,00	20,00
23. Monte Castelo	Lavoura	75	x	75	25,00	20,00
24. Correia Pinto	Lavoura	75	x	75	25,00	20,00

Fonte: Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e da Família.

No entanto, a expansão de metas do segundo semestre de 2001 foi adiada para o mês de janeiro de 2002, conforme acordo feito entre a Secretaria do Estado da Família e a SEAS. Essa decisão foi tomada devido à necessidade de uma nova forma de cadastramento de programas do Governo Federal.

Em setembro de 2001, foi lançado o Cadastro Único, com o objetivo de realizar um levantamento de todas as famílias de baixa renda, assistido ou não por programas do Governo Federal.

A Caixa Econômica Federal foi escolhida como instituição financeira responsável pelo repasse de recursos, bem como pelo cadastramento, tanto que em novembro de 2001, ofereceu treinamentos específicos para os representantes municipais coordenadores do PETI, já que em janeiro de 2002 seria realizada uma expansão de metas, atendendo a 114 novos municípios.

O ano de 2001 encerrou com uma meta de 10.756 bolsas, aplicadas em 50 municípios catarinenses.

Conforme já previsto, em janeiro de 2002, 114 novos municípios passaram a executar o Programa –PETI, oferecendo mais 11.559 metas. Em fevereiro de 2002, havia uma lista de 46 novos municípios solicitando o Programa, bem como a expectativa de mais 10 municípios, que apresentavam demandas reprimidas.

Mas, antes de orçar novos recursos para a expansão de metas, o Governo Federal solicitou a todos os estados as metas pactuadas, onde primeiramente se procederia um remanejamento de metas para, num segundo momento, realizar nova expansão das mesmas.

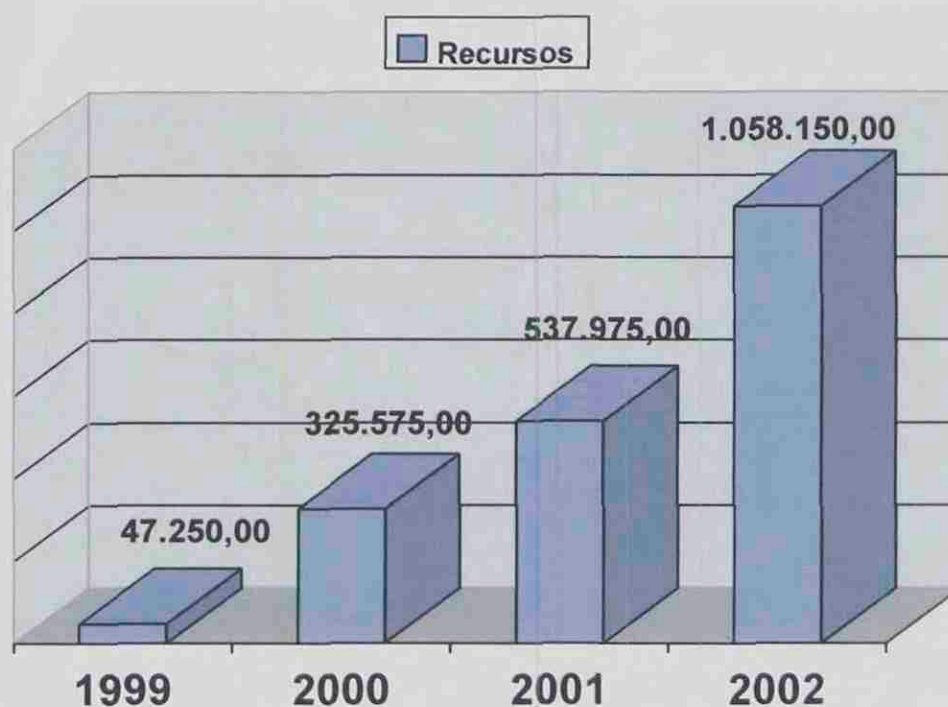
Após inúmeras reuniões, sobraram 496 metas, que foram encaminhadas ao município de Araranguá, conforme decisão do Conselho Estadual do PETI.

Dessa forma, o Estado de Santa Catarina acertou a situação de metas excedentes, cobrindo a necessidade de outros municípios, sem precisar devolvê-las para o Governo Federal.

No final de 2002, a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e da Família, contabilizou que 164 municípios executavam o Programa PETI, com um número de 23.202 metas. O valor total repassado mensalmente da SEAS para as prefeituras, referente à Bolsa Criança – Cidadã, no Estado de Santa Catarina é de R\$ 646.950,00 (seiscentos e quarenta e seis mil e novecentos e cinquenta reais).

O valor referente à manutenção da jornada ampliada, repassando mensalmente às prefeituras do Estado de Santa Catarina é de R\$ 411.200,00 (quatrocentos e onze mil e duzentos reais).

GRAFICO 1: Recursos repassados ao Estado de Santa Catarina do ano de 1999 a 2002.



Fonte: Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e da Família.

Para o ano de 2003, tem-se como meta a ampliação de mais 20.000 (vinte mil) bolsas para o Estado de Santa Catarina, estimando-se atingir 224 municípios.

2.3 O programa de erradicação do trabalho infantil em São Joaquim

2.3.1 O histórico do PETI em São Joaquim

Sabendo da importância do PETI para o município, na oportunidade a Secretária Municipal da Educação, juntamente, com a Assistente Social, através da Secretaria Municipal do Bem Estar Social, encaminharam para a Secretaria da Família do Estado de Santa Catarina, o pedido de implantação do Programa em São Joaquim.

Segundo a Assistente Social da Secretaria Municipal do Bem Estar Social, a implantação do PETI em São Joaquim foi uma luta, pois algumas lideranças não acreditavam que nesse município houvesse a utilização da mão-de-obra infanto-juvenil.

Sendo assim, foram enviados vários relatórios que apresentavam os diagnósticos da realidade joaquinese.

A Coordenação de Atenção à Criança e ao Adolescente, através de um estudo desses relatórios, pode comprovar que as informações eram fidedignas.

Comprovadas as informações, a Assistente Social, juntamente com um técnico de digitação, elaboraram o projeto técnico com o pedido de 100 (cem) bolsas “Criança Cidadã”, que foi entregue no dia 28 de abril de outubro de 2001. Esse projeto foi analisado e aprovado pelo Conselho Municipal de Assistência Social, enviado a Florianópolis e, posteriormente, a Brasília.

Sendo uma das exigências do Governo Federal a realização da Jornada Ampliada, decidiu-se que esta funcionaria no CAIC (Centro de Atenção Integral à Criança), Fúlvio Amarante Ferreira, pois neste local já era desenvolvido um trabalho semelhante. Segundo MANUAL OPERACIONAL (2002, p. 04), “(...) em um período as crianças e adolescentes devem ir para a escola e no outro participar das ações realizadas na jornada ampliada, onde terão reforço escolar e atividades esportivas, culturais, artísticas e de lazer”.

A contrapartida do governo federal prestada ao município para a manutenção da jornada ampliada é de R\$ 20,00 (vinte reais) por criança ao mês, por São Joaquim se enquadrar nos municípios de área rural.

Mesmo considerado insuficiente este valor, o município ficou responsável por arcar com os demais gastos. Dessa forma, utilizou-se as dependências do CAIC e seus funcionários para poder ativar o PETI, que até então funcionava atendendo crianças e

adolescentes em período integral, sendo no período matutino, ensino formal, e no vespertino, a realização de oficinas, período que pode ser adaptado à jornada ampliada.

Posteriormente, a Assistente Social e as professoras do CAIC iniciaram o preenchimento dos cadastros das crianças e adolescentes menores de 16 (dezesseis) anos de idade do CAIC, pois dessas algumas já haviam sido retiradas da situação de exploração no trabalho.

Vale ressaltar que as crianças e adolescentes que freqüentam o CAIC originam-se das camadas mais pobres da população joaquinese, um fator que também influenciou muito nessa decisão.

Das vagas restantes, foram inscritas mais 25 (vinte e cinco) crianças e adolescentes que, segundo informações, estavam inseridos no mercado de trabalho.

Quando o Programa estava estruturado, o repasse dos recursos financeiros realizados pelo Governo Federal não aconteceu, desta forma, houve um descrédito total por parte das famílias atendidas, afastando a maioria das crianças e adolescentes da Jornada Ampliada.

Com a chegada do recurso financeiro em fevereiro de 2002, a Assistente Social responsável pelo PETI conseguiu efetivar o Programa dentro dos seus reais objetivos.

2.3.2 O funcionamento do PETI no município

Em São Joaquim, a Secretaria Municipal de Bem Estar Social vem desenvolvendo o PETI, que atende 100 crianças com idade entre 7 e 15 anos, concedendo um auxílio financeiro de R\$ 25,00 (vinte e cinco reais) por criança e adolescente, que são pagas mensalmente pelo Banco BESC do município, após a liberação do dinheiro pela SEAS.

Para fins de concessão dessa bolsa e de sua manutenção mensal, adotam-se os requisitos de frequência regular da criança e adolescente ao ensino formal e às atividades oferecidas em período complementar, chamada de jornada ampliada.

Com a chegada do recurso financeiro, a Assistente Social marca uma reunião de caráter sócio-educativo com os pais, onde são repassadas algumas informações, inclusive o aviso do dia em que será realizado o repasse da bolsa.

Atualmente, a equipe técnica é composta por 01 (uma) Assistente Social, 01 (um) técnico em digitação, 07 (sete) professores e 02 (duas) merendeiras. Entretanto, a Assistente Social comparece nas dependências do programa apenas uma vez por semana, já que esta profissional é responsável pelos demais programas realizados pela Secretaria Municipal do Bem Estar Social.

No período da manhã, as crianças e adolescentes frequentam o ensino regular, cada uma no estabelecimento de ensino em que está matriculado. Na medida do possível, a Assistente Social verifica a frequência escolar de cada criança, mediante parcerias com as escolas, através de contatos telefônicos, conforme recomendações do Programa.

Nas dependências do CAIC é servido almoço a todas as crianças e adolescentes do Programa, inclusive àquelas que estudam em outras escolas, as quais são esperadas para igualmente se alimentarem.

Às 13:00 horas iniciam-se as atividades da jornada ampliada, que compreende atividades sócio-educativas, objetivando ampliar o universo cultural das crianças e adolescentes, bem como desenvolver as suas potencialidades. Nesse período são desenvolvidas as seguintes atividades: aulas de dança, flauta e violão, pintura em tecido, bordado, tecelagem, reforço escolar, educação ambiental, educação física e atividades esportivas.

Acontece um intervalo às 15:00 horas para o lanche da tarde, e às 17:00 horas as crianças são liberadas para irem para as suas casas.

É importante ressaltar que as crianças do CAIC que não estão inscritas no PETI continuam freqüentando o colégio em período integral, realizando as mesmas atividades das crianças e adolescentes do PETI. Isso pelo fato já citado anteriormente, ou seja, aproveitamento do local devido ao recurso ser insuficiente para manter o PETI independente.

Já no período das férias, somente as crianças e adolescentes do PETI continuam freqüentando o CAIC, ou melhor, a jornada ampliada do PETI. Nesse período são desenvolvidas atividades que incentivem a permanência da criança/adolescente no Programa, já que nesse mês acontece no município o raleio dos pomares de maçã.

Portanto, assegurar a presença das crianças e adolescentes no PETI exige muita habilidade e criatividade da coordenação, já que os pomares tornam-se muito atrativos, principalmente para os adolescentes, onde são pagos, em média, salários de 300,00 (trezentos reais).

Dessa forma, realizam-se passeios, brincadeiras, gincanas e atividades diferenciadas da rotina do ano inteiro; inclusive com uma equipe de professores contratados temporariamente, já que as profissionais efetivas entram em férias.

Então, pode-se observar que, apesar do PETI estar funcionando com sucesso no município de São Joaquim, ainda se faz necessário ampliar o trabalho, através de orientações à comunidade sobre a questão do trabalho precoce de crianças e adolescentes e suas conseqüências físicas, psicológicas e sociais, já que a realidade dessas famílias, retratada no próximo capítulo, nos mostra o círculo vicioso que perpassa de geração em geração, não possibilitando uma transformação social na vida dessas famílias.

3. O PERFIL DAS FAMÍLIAS ATENDIDAS NO PETI EM SÃO JOAQUIM

Este capítulo irá abordar a realidade das famílias cadastradas no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil de São Joaquim, através de um estudo exploratório nos cadastros, que serão exibidos em oito gráficos. Em seguida, faz-se uma análise dos dados coletados, apresentando algumas sugestões para um melhor andamento do programa, objetivando um melhor atendimento, tanto as crianças quanto as suas famílias.

3.1 Conhecendo a realidade

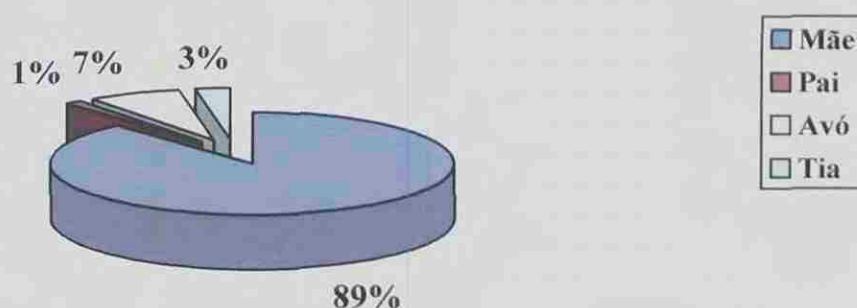
Para melhor conhecer a realidade das crianças e adolescentes atendidos pelo Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, optou-se por desenvolver uma pesquisa exploratória.

Segundo SILVA apud GIL (2002, p. 44), “a pesquisa exploratória tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou construir hipóteses”. Dessa forma, decidiu-se realizar um estudo exploratório através do Cadastro Único dos Programas Sociais do Governo Federal, preenchidos no segundo semestre de 2001.

Para se ter uma noção quantitativa deste contingente, analisamos 100 (cem) crianças e adolescentes inseridos no programa, sendo 69 (sessenta e nove) as famílias beneficiadas com PETI.

Através dos dados selecionados para a análise, objetiva-se construir um perfil das famílias inseridas no PETI, bem como a realidade das crianças e adolescentes, baseados nas seguintes variáveis: quem é o responsável pela criança/adolescente; faixa etária do responsável; escolaridade do responsável; a profissão do responsável; a renda familiar mensal; faixa etária da criança/adolescente inscrito no programa; a atividade que a criança/adolescente exercia; e a escolaridade da criança/adolescente.

GRÁFICO 2:- O responsável pela criança e adolescente



Fonte: Cadastro Único dos Programas Sociais do Governo Federal.

Através dos dados coletados, percebe-se que das 69 (sessenta e nove) famílias cadastradas, em 61, o que perfaz o percentual de 89%, a mãe fica responsável pelos filhos, tendo como fator principal a maior disponibilidade destas em participar das reuniões mensais do programa e do acompanhamento dos filhos na escola.

Destaca-se também, o fato de muitas mães estarem separadas de seus maridos ou serem mães solteiras, o que as faz assumir todas as responsabilidades da casa.

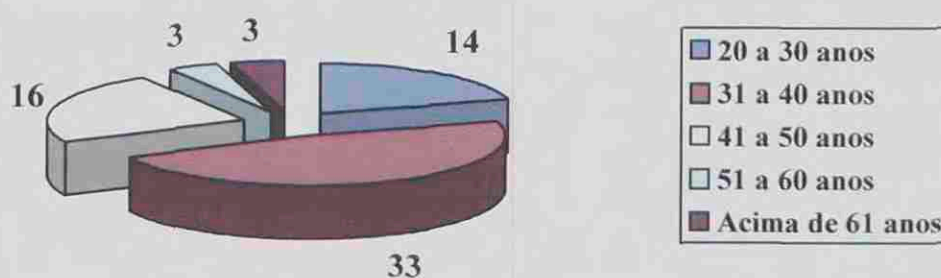
Constatou-se ainda, que em 05 (cinco) casos, as crianças/adolescentes, ficam sob os cuidados de avós, que assumiram a responsabilidade de cuidar e educar os mesmos, representando 7% do total.

Dois casos que ficaram sob a responsabilidade da tia, um pela deficiência física da mãe, o que dificulta o acompanhamento do filho, e outro, pela morte dos progenitores.

Por último, constata-se que apenas um caso ficou sob a responsabilidade do pai, pelo fato de este possuir a guarda judicial dos filhos.

Para melhor conhecer a idade do responsável pela criança e adolescente, optou-se em classificá-los em 05 (cinco) categorias.

GRÁFICO 3: Faixa etária do responsável

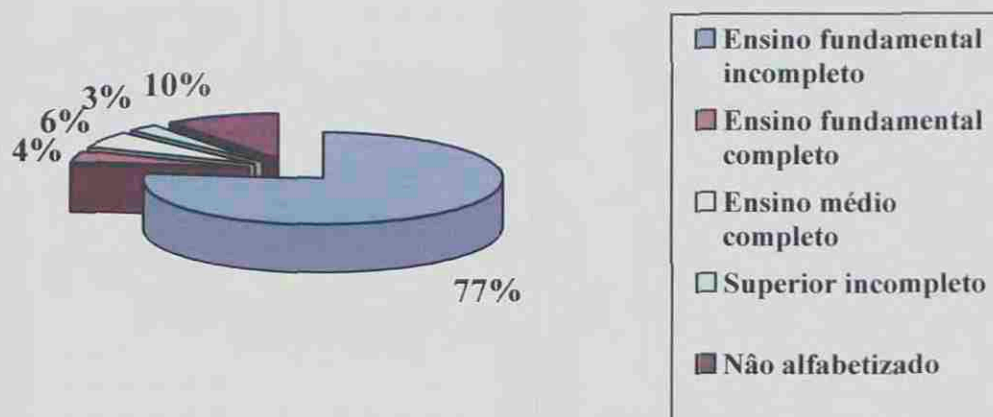


Fonte: Cadastro Único dos Programas Sociais do Governo Federal.

Constatou-se que 14 (quatorze) pessoas enquadram-se na primeira categoria, os quais possuem idade entre 20 e 30 anos de idade; na segunda, com idade de 31 a 40 anos classificam-se 33 pessoas; na terceira, com idade entre 41 a 50 anos, enquadram 16 responsáveis; na quarta, com idade entre 51 a 60 anos classificam 03 (três) pessoas; e a partir de 61 anos de idade classificam 03 (três).

Percebe-se que a faixa etária predominante é a segunda, sendo pais ou responsáveis de 31 a 40 anos de idade.

Gráfico 4 - Escolaridade do responsável



Fonte: Cadastro Único dos Programas Sociais do Governo Federal.

Conforme observado no gráfico acima, constata-se um alto índice de pessoas com ensino fundamental incompleto, no qual muitos não chegaram a cursar até a quarta série, totalizando um número de 53 (cinquenta e três) responsáveis, representando um percentual de 77%.

Observa-se ainda que 07 (sete) não são alfabetizados, que resulta num percentual de 10% do total; 04 (quatro), ou seja, 6% dos pesquisados concluíram o ensino médio completo; 03 (três) concluíram o ensino fundamental completo. Encontram-se também 02 (dois) responsáveis que possuem o terceiro grau incompleto.

Com isso, foi possível perceber que a maioria destes responsáveis teve sua infância castrada, na medida em que deixaram de estudar para trabalhar, formando mão-de-obra desqualificada e, conseqüentemente, trabalhadores mal remunerados. Isso gera o chamado “círculo vicioso”, uma vez que os pais não conseguem prover as necessidades da família e

acabam por inserir os filhos no mercado de trabalho, como uma alternativa de sobrevivência para a família.

QUADRO 9: A profissão do responsável

Atividade	Número de responsáveis
Empregada doméstica	19 (dezenove)
Trabalhador(a) rural	17 (dezessete)
Faxineira	08 (oito)
Agente de serviços gerais	07 (sete)
Do lar	03 (três)
Costureira	01 (uma)
Babá	01 (uma)
Agente de saúde	01 (uma)
Professora	01 (uma)
Merendeira	01 (uma)
Camareira	01 (uma)
Aposentado/Pensionista	03 (três)
Desempregado	02 (dois)
Não consta	04 (quatro)

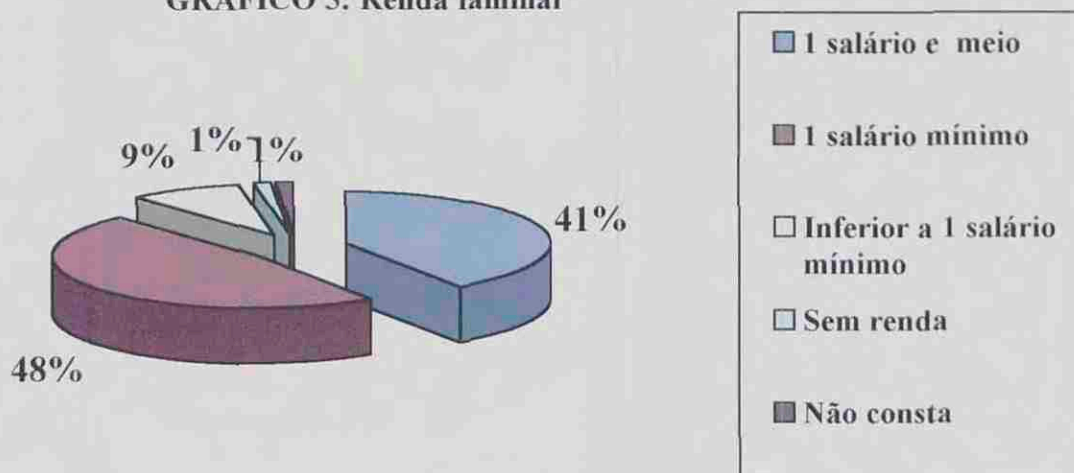
Fonte: Cadastro Único dos Programas Sociais do Governo Federal.

Devido à baixa escolaridade dos pais, não se poderia esperar outro quadro a não ser este, onde a maioria trabalha em atividades informais ou de baixa qualificação para o mercado de trabalho.

No quadro acima, encontramos as atividades desenvolvidas pelos responsáveis, destacando 07 (sete) tipos de atividades desqualificadas, totalizando um número de 57

responsáveis. Do restante, 04 (quatro) não relataram sua profissão; 03 (três) não exercem nenhuma atividade; 03 (três) são aposentados ou pensionistas; e apenas 02 (dois) estão desempregados.

GRÁFICO 5: Renda familiar

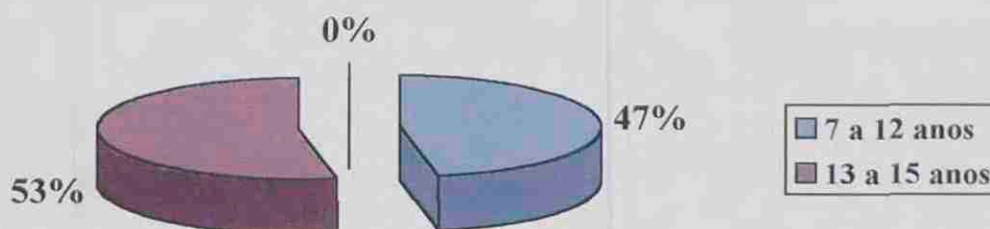


Fonte: Cadastro Único dos Programas Sociais do Governo Federal.

Como se pode perceber, 33 (trinta e três) famílias possuem renda mensal de um salário mínimo, o que equivale a 48%; 27 (vinte e sete) famílias tem renda mensal de um salário e meio, totalizando um percentual de 41% do total de famílias pesquisadas; 06 (seis) são as famílias que recebem até meio salário mínimo, totalizando um percentual de 9%; 01 (uma) das 69 famílias cadastradas, não possui nenhum tipo de renda, dependendo exclusivamente da ajuda dos parentes e vizinhos. Apenas uma família não declarou a renda mensal no cadastro.

Dessa forma, percebe-se que a renda não ultrapassa os requisitos exigidos pelo PETI, que é de meio salário mínimo, ressaltando inclusive que as famílias que possuem renda maior são aquelas que apresentam maior número de membros trabalhando em situação regular.

GRÁFICO 6: Faixa etária da criança e do adolescente



Fonte: Cadastro Único dos Programas Sociais do Governo Federal.

A faixa etária para a inserção de crianças e adolescentes trabalhadoras no PETI, é estipulada entre 7 e 15 anos de idade.

Sendo assim, considera-se melhor separá-los por duas categorias, sendo de 7 a 12 anos e de 13 a 15 anos de idade.

Constatamos que 47 crianças enquadram-se no primeiro patamar, representando 47% do total. O segundo patamar, com 53 crianças e adolescentes, corresponde a 53% do total.

Percebe-se ainda nesse levantamento que as crianças e adolescentes com idade mais elevada realizam as atividades consideradas mais perigosas e mais desgastantes, tanto físico quanto psicologicamente, como nos pomares, caixarias e lavouras. Já aos menores de 10 anos de idade, não tão procurados pelos empregadores, restam atividades como: pedintes, babá, vendedores, os quais valem ressaltar que também trazem prejuízos ao desenvolvimento da criança/adolescente.

QUADRO 10: O tipo de atividade exercida pelas crianças e adolescentes de São Joaquim

Atividades	Número
Lavouras	35 (trinta e cinco)
Vendas	17 (dezesete)
Caixaria	16 (dezesesseis)
Babá	15 (quinze)
Ajudante de cozinha	05 (cinco)
Pedintes	04 (quatro)
Artesãos	04 (quatro)
Manicure	03 (três)

Fonte: Cadastro Único dos Programas Sociais do Governo Federal.

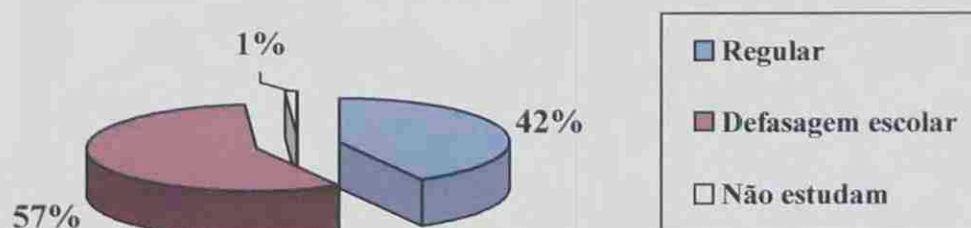
A realidade observada mostra que as crianças e adolescentes do PETI desenvolvem inúmeras atividades, destacando-se os trabalhos desenvolvidos nas lavouras, que envolvem atividades na cultura da maçã e, em menor escala, no cultivo da batata, somando um total de 35 crianças e adolescentes.

Aparece também grande número de crianças/adolescentes trabalhando em vendas dos mais diferentes produtos, num total de 17 crianças e adolescentes; nas caixarias, constatamos 16; e como babá constatou-se 15 adolescentes. O restante é atividades das mais diversas, que estão assim divididas: 05 como ajudante de cozinha; 04 como pedintes; 04 que trabalhavam nos artesanatos com a mãe; 03 adolescentes como manicure; e 01 adolescente como auxiliar na oficina mecânica.

De um modo geral, as crianças e adolescentes são inseridos no mercado de trabalho por questões econômicas e culturais, onde se objetiva suprir necessidades imediatas, não

valorizando a perspectiva de mudança, que seria o investimento escolar, diminuindo assim, as oportunidades de ascensão social.

GRÁFICO 7: A escolaridade da criança e adolescente



Fonte: Cadastro Único dos Programas Sociais do Governo Federal.

Como se pode verificar, das 100 crianças e adolescentes cadastradas no PETI, constata-se que 42 (quarenta e duas), ou seja, 42%, estão freqüentando regularmente a escola, o que significa que a idade e as séries cursadas pelas crianças e adolescentes estão compatíveis com o indicado.

Do restante, 57 (cinquenta e sete) encontram-se na escola, mas com defasagem escolar, representando um total de 57%, e apenas 01 encontra-se fora da escola, por motivo de desistência.

Os motivos mais freqüentes da desistência escolar estão relacionando diretamente ao cansaço físico causado pelo esforço excessivo no trabalho, que acabam por atrapalhar no acompanhamento das aulas. Isso ocasiona as freqüentes repetências escolares, fazendo com que a criança/adolescente desanime e, conseqüentemente, abandone a escola.

3.2 Análise dos dados

Através desse estudo exploratório que buscou subsídios para melhor conhecer a realidade das famílias beneficiadas pelo PETI, observou-se que na sua maioria são famílias que se originam dos extratos mais pobres da população joaquinese, trazendo consigo os reflexos de exclusão social repassado de geração para geração.

Diante disso, pode-se afirmar que a inserção precoce de crianças e adolescentes no mercado de trabalho, dá-se mediante o fato de os filhos serem para a família, mais uma fonte de renda, já que o salário dos pais é insuficiente para o sustento familiar.

Além disso, constatou-se que um grande número das famílias, o responsável pelo acompanhamento do filho, tanto na escola quanto no PETI, é a mãe devido a maior disponibilidade de tempo desta, e também em muitos casos estarem separadas de seus maridos, ou de serem mães solteiras.

Foi possível perceber ainda, que os responsáveis pelas crianças e adolescentes são, em grande parte, pessoas com baixa escolaridade, com má qualificação profissional e de salários ínfimos, proporcionando às suas famílias baixos padrões de qualidade de vida, decorrentes do fato de que quando eram crianças, foram obrigados a trabalhar no momento em que lhes devia ser garantido o direito à educação. Assim, aconteceu o abandono escolar, gerando trabalhadores mal preparados para enfrentarem um mercado de trabalho cada vez mais competitivo.

Sem alternativa, os pais inserem seus filhos na mesma condição de exploração, pois estão preocupados apenas em suprir as necessidades imediatas, não valorizando uma possível perspectiva de mudança baseada no investimento escolar.

Dessa forma, CARVALHO (1997, p. 110) argumenta que o trabalho precoce introduz um círculo vicioso que aprisiona as novas gerações aos mesmos baixos padrões de

qualidade de vida, uma vez que o trabalho precoce descarta toda e qualquer possibilidade da criança e do adolescente, educar-se e elevar o nível de qualidade de vida.

Com relação às crianças e adolescentes, percebe-se que todas estão dentro de parâmetros exigidos pelo programa, sendo retiradas da situação de exploração do trabalho, garantindo-lhes o acesso à escola e às atividades sócio-educativas.

Entretanto, constata-se que existe um grande número de crianças e adolescentes com defasagem escolar, e também uma adolescente que se encontra fora da escola.

Com isso, fica evidente que o desgaste físico sentido por criança e adolescentes trabalhadores, acarreta num baixo rendimento escolar, e conseqüentemente, repetência escolar provocada pela dificuldade de concentração, e também pela falta de tempo para fazer as tarefas e estudar para as provas.

3.3 Resultados e possíveis propostas

Durante o período de estágio realizado no PETI de São Joaquim, pode-se observar que o trabalho do Serviço Social no programa, apresenta-se fragmentado por inúmeros fatores, dentre eles: falta de recursos humanos, financeiros e materiais.

Assim, a sobrecarga de serviços e a falta de equipamentos fazem com que o atendimento às famílias cadastradas no programa seja incompleto, onde apenas as crianças e adolescentes estão sendo atendidos, não levando em conta que a família deve ser considerada como um todo e que precisa de atendimento integral das políticas públicas.

Sob este ângulo, MIOTO (2001, p. 125), menciona “[...] as alterações almejadas, com intervenções dessa natureza, vão muito além da resolução dos problemas individuais. Elas pressupõem mudanças nas pautas de relações da família com a sociedade na qual esta inserida [...]”

Dessa forma, sugere-se que aconteça um acompanhamento mais intenso das famílias, onde se possa conhecer a sua realidade e, a partir disso, intervir de forma mais qualificada, inclusive cumprindo uma das exigências do PETI, que seria inseri-las em programas de geração de emprego e renda, possibilitando-os conseguirem melhores empregos e assim, melhores condições de vida.

Seguindo esse raciocínio, SANTOS (2000, p.57), afirma que se deve buscar a intersetorialidade das políticas públicas, fazendo com que as diversas secretarias do município, unam suas forças para a resolução dos objetivos afins.

Sugere-se ainda, que se desenvolva um amplo trabalho com a comunidade joaquinese, onde se faça entender que lugar de criança é na escola, e que somente a partir disso pode-se alcançar um país melhor, já que assim estaríamos transformando indivíduos em cidadãos, capazes de interferir na sociedade de forma crítica e responsável.

É preciso refletir que o trabalho infantil marginaliza as crianças e adolescentes pobres das oportunidades que são oferecidas às outras, uma vez que sem poder estudar, brincar e aprender, a criança não se prepara para vir a ser cidadã plena.

Junto a esse trabalho com a comunidade, deve-se enfatizar a questão da denúncia, um dos instrumentos mais importantes no combate ao trabalho infantil, que deve ser feito ao Conselho Tutelar, o qual tomará as providências cabíveis.

Outro aspecto que merece atenção, é o local de atendimento da jornada ampliada do PETI, onde os verdadeiros objetivos do programa estão mascarados, devido ao paralelo funcionamento do programa e da escola na mesma instituição.

Sabe-se que o recurso é insuficiente para a manutenção deste. Então, propõe-se que o funcionamento permaneça no mesmo local, mas que se disponibilize um profissional capacitado para atender esse programa, favorecendo uma intervenção mais qualificada.

A partir disso, pode-se pensar num aumento de metas do PETI, pois se sabe que ainda existe no município inúmeras crianças e adolescentes em situação irregular de trabalho, onde seus direitos de estudar e brincar estão sendo violados a todo instante, sem a menor discricção. Considera-se que o espaço onde acontece a jornada ampliada no período vespertino, poderia ser utilizada para a realização da mesma no período matutino.

Propõe-se ainda que se realize uma capacitação junto aos professores e funcionários do programa, para que, com competência, possam trabalhar com as diferentes situações manifestadas pelas crianças e adolescentes do PETI, sem estigmatizá-las, e até mesmo, excluí-las. É preciso fazer-lhes entender que muitos dos sintomas apresentados na jornada ampliada, na maioria das vezes, resultam de algum problema vivenciado por elas em suas famílias

No entanto, SANTOS (2000, p.59), chama a atenção para uma questão muito importante, comentando que não adianta haver mobilização, sensibilização e trabalho de geração de emprego e renda, se não houver fiscalização por parte dos agentes de inspeção do trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A mera existência do trabalho infantil revela o desrespeito flagrante aos direitos de milhões de crianças e adolescentes no Brasil e no mundo.

Conforme pontuado, essa realidade reflete o modelo político-econômico e cultural vigente na sociedade brasileira, que vem conduzindo o país a um processo de concentração de renda sem precedentes na história, colocando um enorme contingente de nossa população e situação de extrema pobreza.

Sabe-se que o fenômeno do trabalho infantil não é exclusivo das camadas desfavorecidas da população. Mas a pobreza cria um ambiente propício à sua ocorrência, uma vez que as famílias necessitam ofertar a mão-de-obra de seus filhos para complementar a renda familiar, perpetuando o ciclo vicioso da pobreza que perpassa entre as gerações.

Com isso, percebe-se que o trabalho infantil marginaliza as crianças pobres das oportunidades de ascensão social que são propiciadas às outras, pois sem poder viver a infância estudando, brincando e aprendendo, a criança que trabalha não é preparada para viver a cidadania de forma plena, capaz de intervir na sociedade de forma crítica, responsável e produtiva.

Dessa forma, é preciso agir e propiciar condições para que o problema seja efetivamente resolvido, onde governo, empregadores, organizações da sociedade civil e as próprias famílias, cada qual com sua parcela de contribuição e responsabilidade, devem empenhar-se no objetivo comum de garantir a todas as crianças e adolescentes os direitos assegurados na Constituição Federal e no Estatuto da Criança e do Adolescente.

A principal medida que vem sendo adotada é a de priorizar a educação, englobando o ensino formal e as atividades culturais, esportivas e de lazer, vivenciadas pelas crianças e adolescentes no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil. Esse programa acaba por garantir outro direito fundamental, o de viver sua infância e adolescência com um período essencial de formação para a vida e desenvolvimento de seu potencial humano.

Nas pontuações escritas, observou-se que grandes avanços estão sendo alcançados com essa ação, porém ainda há muito que se discutir e se pesquisar com relação a este tema, que ainda faz milhares de crianças e adolescentes vítimas a todos os anos.

Por isso, algumas sugestões para um melhor desempenho do programa foram repassadas, entre elas a conscientização dos pais ou responsáveis das crianças e adolescentes que se encontram nessa situação, bem como a sensibilização da sociedade civil de um modo geral. Destacamos, também, algumas transformações de caráter institucional, relacionadas ao modo de funcionamento do programa, sempre objetivando proporcionar um melhor atendimento.

Ao encerrar a discussão, gostaria de ressaltar que no desenvolvimento desse trabalho procurou-se apresentar argumentos convincentes para entendermos que lugar de criança e adolescente é na escola, tendo garantidos os direitos de estudar e brincar, pois assim os faria aprender a ser, a conviver e viver, já que se sabe que a infância é o período mais importante na vida das pessoas.

Finalizando, acrescenta-se ainda que foi muito gratificante a realização deste estudo, pois constituiu uma experiência muito positiva no que tange ao crescimento e enriquecimento pessoal e profissional.

REFERÊNCIAS

1. ABRHAN, Ávila Kátia. **Programa de erradicação do trabalho infantil em Santa Catarina**. Relatório Gestão Administrativa Gestão 1999-2002. Universidade Federal de Santa Catarina, 2003.
2. BRASIL. Constituição (1988). **Constituição [da] República Federativa do Brasil**: Texto Constitucional de 5 de outubro de 1988 com as alterações adotadas pelas emendas Constitucionais nº1 a 6/94 – ed. Atual em 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.
3. CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. **Erradicação do Trabalho Infantil**: dimensionando as experiências de Pernambuco Mato Grosso do Sul e Bahia. In.: ARREGUI, Carola Carbajal.. São Paulo: EDUC; IEE/PUC-SP: 2000.
4. _____. **Trabalho Precoce**: qualidade de vida, lazer, educação e cultura. In: **Serviço Social e Sociedade**: mínimos sociais e exclusão social. São Paulo, Cortez ANO XVIII, n. 55, São Paulo: Cortez, novembro de 1997, p. 105 – 113.
5. COSTA, Ademar Antunes da. **Trabalho infantil**: algumas reflexões. In: **Revista do Direito**. Santa Cruz do Sul, n. 17, jan./jun. 2002, p. 185 – 206.
6. COSTA, Antonio Gomes da. **O estatuto da criança e do adolescente e o trabalho infantil no Brasil**. Brasília, DF: OIT, São Paulo: LTr, 1994.
7. CUSTODIO, André Viana. **O trabalho da criança e do adolescente no Brasil**: uma análise de sua dimensão sócio-jurídica. Florianópolis, 2002. 170 p. dissertação (mestrado) – UFSC.
8. DIEESE – DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SÓCIO-ECONOMICOS. O trabalho tolerado de crianças até 14 anos. Boletim de DIEESE, São Paulo, v.16, n 193, p.6-25, abr., 1997.
9. ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. Lei 8069/90 – ECA. Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social. Florianópolis: Gráfica Natal, 1994.
10. FUNDAÇÃO DJALMA GUIMARÃES/CBMM. Relatório 3: **10 medidas básicas para a vida e cidadania da infância brasileira**. Cap.1.
11. IBGE – FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. PNAD 2001. Delegacia Regional do Trabalho/SC. 2003.

12. LEI ORGÂNICA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL. Lei 8.742/93. Legislação suplementar - MPAS, Secretaria de Estado da Assistência Social. Brasília DF, ago., 2001.
13. LIMA, Consuelo Generoso de. **Trabalho Precoce, Saúde e Desenvolvimento Mental**. In: Seminário da Região Sul. Proteção Integral para Crianças e Adolescentes. 2000. Florianópolis/SC.
14. MANUAL OPERACIONAL DO PETI, 2002. Ministério da Previdência e Assistência Social. Brasília, Distrito Federal.
15. **MAPA DE INDICATIVOS DO TRABALHO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**. Brasília: SIT, 1999. 107p.
16. MELO, Edson Ulisses de. **Aspectos sobre o trabalho forçado e o trabalho infantil no Brasil**. In: Caderno do CEAM (Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares): Estatuto da Criança e do Adolescente e a construção da cidadania. Brasília, UnB ANO II, n.05, 2001, p. 51 – 58.
17. MENEZES, Claudio Carvalho. **Crianças e adolescentes na Fumicultura/RS: trabalho, escola e saúde**. In: **Campanha Nacional de Prevenção de Acidentes do Trabalho na Área Rural: garantindo o direito ao trabalho seguro e saudável**. Chapecó, 2001, p. 23 – 25.
18. MIOTO, R.C. Tamasso. **Novas propostas e velhos princípios: subsídios para a discussão da assistência às famílias no contexto de programas de orientação e apoio sóciofamiliar**. Ed. mimeo, 2001.
19. NOTA TÉCNICA À PORTARIA TEM/SIT/DSST, nº 06 de 18/02/2002, p. 29-40
20. OLIVEIRA, Oris de. **O Trabalho da criança e do adolescente**. São Paulo: LTr; Brasília, DF: OIT, 1994. 188p.
21. SANTOS, Glauber Maciel dos. **Trabalho infantil no Brasil**. In: Ministério do Trabalho e Emprego. **Proteção Integral para Crianças e Adolescentes**. Fiscalização do Trabalho, Saúde e aprendizagem. Florianópolis: DRT/SC. 2000, p.07.
22. SANTOS, Rubia dos. **O Trabalho Infantil: uma realidade que não pode ser analisada fora do contexto familiar**. Trabalho de Conclusão de Curso, UFSC/2000. 2º semestre.
23. SILVA, Claudia Regina Hermenegildo. **Programa de erradicação do trabalho infantil em São José: avanços e retrocessos**. Trabalho de Conclusão de Curso, UFSC/2002. 1º semestre.

24. SILVA, Maria Liduina de Oliveira e. **Adultização da infância:** o cotidiano das crianças trabalhadoras no mercado ver-o-peso, em Belém do Pará. In: **Serviço Social e Sociedade:** multifaces do trabalho. São Paulo, Cortez ANO XXIII, n.6, mar. de 2002, p.151 – 184.